

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 06 2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 50ª
(QUINQUAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DEBATER SOBRE A CONSCIENTIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA EM
INVESTIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA E EM CRECHES,
DE 6 DE JUNHO DE 2019.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 406, de 2019, de autoria da Deputada Júlia Lucy, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 6 de junho de 2019, fica transformada em comissão geral para debater sobre a conscientização da importância em investimento na primeira infância e em creches.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A Deputada Júlia Lucy já está chegando aqui e vai assumir os trabalhos. Estamos liberando a galeria e o plenário para que os convidados possam adentrar esta Casa de leis.

Peço à Segurança e ao Cerimonial que façam com que os convidados possam adentrar o plenário.

Registro as presenças do Deputado Valdelino Barcelos, do Deputado Prof. Reginaldo Veras e a minha, Deputado Chico Vigilante.

Está suspensa a comissão geral até que a Deputada Júlia Lucy assuma os trabalhos.

(Suspensa às 15h, a comissão geral é reaberta às 15h57min.)

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	2

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater investimentos na primeira infância e em creches.

Convido a tomar assento à Mesa os seguintes convidados: Sra. Paula Belmonte, Deputada Federal, Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Congresso Nacional. Paula aqui você vai falar tudo o que quiser. (Palmas.)

Convido também: Dr. Richard Pae Kim, Juiz Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (Palmas.); Sr. Olímpio Durães Soares, Coordenador-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Palmas.); Sra. Maria de Lourdes Abadia, ex-Governadora do Distrito Federal, neste ato representando a Senadora Leila Barros (Palmas.); Dra. Raquel Fuzaro, Vice-Presidente da Comissão de Proteção de Defesa da Criança e do Adolescente da OAB (Palmas.); Sra. Elayne Rangel, representante da Primeira-Dama do Distrito Federal (Palmas.); Dra. Luísa de Marillac, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (Palmas.)

E agora, para compor a extensão da Mesa que temos aqui, quero anunciar a presença da Secretária Nacional Substituta de Assistência Social do Ministério da Cidadania, Sra. Mariana Neris; da Subsecretária de Políticas para Criança e Adolescente da Secretaria de Educação, Sra. Adriana Faria; da Diretora de Educação Infantil da Secretaria de Educação do DF, Sra. Andréa Martinez; da Coordenadora da Comissão de Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente da OAB-DF, Dra. Andréa Lemos; do Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do DF, Sr. Néilton Portuguese; da membro do Comitê Gestor do Fórum de Educação Infantil, Sra. Cida Camarano; da representante da Organização dos Estados Ibero-Americanos, Sra. Carol Velho; do meu querido colega Deputado Distrital Leandro Grass.

Neste tipo de comissão, a gente não costuma cantar o Hino Nacional, mas eu acredito que boa parte aqui já saiba que sou uma pessoa apaixonada pelo Hino Nacional, canto todas as semanas, sempre me emociono.

Nós convidamos os alunos do Corpo de Bombeiros Mirins do Distrito Federal e eles vão cantar o Hino Nacional para a gente. Não é isso, crianças?

Então, eu convido todos a, em posição de respeito, entoamos o Hino nacional.

(Hino Nacional.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Que lindo, gente! Parabéns, crianças! Quem gosta de cantar o Hino? Muito bem! Quem gosta de estudar? Quase todo mundo, hein?

Eu vou deixar um recado para vocês. Precisamos muito que vocês estudem muito, que vocês sejam os melhores alunos possíveis. Nós estamos aqui, hoje, como

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	3

representantes do povo e, em breve, vocês é que estarão aqui no nosso lugar. Então, por favor, dediquem-se, crianças.

Eu quero agradecer à Major Raquel, que conduziu o Corpo de Bombeiros a estar aqui. Muito obrigada, Major. (Palmas.)

A Major é querida!

Quero agradecer imensamente a presença de cada um de vocês.

Meu nome é Júlia Lucy, sou Deputada Distrital aqui da Câmara Legislativa, sou Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância.

Já faz um bom tempo que estamos trabalhando em cima deste evento aqui, que é o resultado de um momento em que, finalmente, a primeira infância começa a ser vista como prioridade.

Nós temos muitas organizações da sociedade civil que já trabalham intensamente nessa pauta, mas, se o governo, por meio de suas políticas públicas, não abraçar esses movimentos e realmente não começar a priorizar a primeira infância, não vamos conseguir avançar. E não há como a gente transformar o Brasil num país justo, se a gente não investir na primeira infância. Não tem jeito!

Todo mundo já foi bebê, já foi criança. É garantia que todo ser humano vai passar por essas fases e que, necessariamente, vai ter que estudar nessas fases. Infelizmente, hoje, neste país, nós vemos uma inversão de prioridades, mais gastos no ensino superior quando o comparamos com o ensino básico. Mas quantos por cento da população chegam ao ensino superior? Pouquíssimo. Em contrapartida, nós temos toda a população precisando estudar, e precisamos colocar prioridade na universalização do ensino básico para as crianças de 0 a 6 anos, porque esse período é mágico. Se a gente perder, a gente não consegue recuperar mais.

Nós temos aqui a presença de pessoas que estão trabalhando intensamente em torno dessa pauta, e o objetivo aqui é estreitar o trabalho dessas pessoas para que cada um, na sua esfera, consiga prosperar o máximo possível, da forma mais plena possível.

Este evento faz parte, é um dos eventos da Semana do Bebê, que já está funcionando desde a semana passada e que reúne uma série de atividades. Inclusive, amanhã nós teremos uma atividade belíssima, a Deputada Paula Belmonte vai fazer o convite para todos. E vamos colocar, de uma vez por todas, a primeira infância como prioridade no Distrito Federal.

Eu vou passar a palavra para o Dr. Richard Pae Kim, Juiz Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça. Eu, que sou servidora do Conselho, Dr. Richard, só ouço falar bem do senhor, fico até com o coração partido de não estar lá para poder te auxiliar, mas aqui a gente trabalha junto também.

Foi o Dr. Richard que colocou dentro do Conselho Nacional de Justiça essa bandeira bonita e prioritária para o nosso país. E eu queria que o Dr. Richard falasse

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	4

um pouco para a gente do trabalho que o Conselho está desenvolvendo e também já anunciasse a participação dessa Frente Parlamentar aqui da Câmara Legislativa nesse projeto junto com o Conselho.

SR. RICHARD PAE KIM – Boa tarde a todos. Para mim, é uma grande honra participar da reunião desta importante comissão geral.

Cumprimento a Deputada Júlia Lucy pelo convite. Cumprimento todos da Mesa, as senhoras e senhores presentes, na sua pessoa e na pessoa da Deputada Federal Paula Belmonte.

Não só a primeira infância, mas os direitos das crianças e dos adolescentes foram colocados como prioridade na gestão do Ministro Dias Toffoli, na Presidência do Conselho Nacional de Justiça, entendendo que somente com desenvolvimento de nossos filhos, de nossas crianças, de nossos adolescentes é que efetivamente garantiremos um futuro adequado para os nossos cidadãos.

Em razão disso, entendeu-se por bem tornar como prioridade, além das demais pautas na área, a implantação adequada no País do Marco Legal da Primeira Infância. Iniciou-se um diálogo com outros poderes, iniciou-se um diálogo com os representantes, os atores que integram a rede de atenção à primeira infância, e, no cumprimento do art. 227 da Constituição Federal, resolveu-se que era necessário, então, dar as mãos a todos os executores das políticas públicas aqui no País, juntamente com a sociedade civil para a implantação desse Marco Legal da Primeira Infância.

No dia 11 de abril deste ano, dentro do Supremo Tribunal Federal, o pacto foi apresentado, então, para toda a sociedade, e mais de quarenta representantes de órgãos públicos e da sociedade civil concordaram, então, em assinar esse pacto nacional pela primeira infância. Dentre eles, o comitê da primeira infância aqui da Câmara Legislativa, que muito nos alegra com a sua participação nesse pacto.

O Conselho Nacional de Justiça então apresentou um projeto ao Fundo dos Direitos Difusos e Coletivos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e o nosso projeto nacional foi aprovado agora recentemente dia 25 de abril. Começamos, então, a nos preparar para a assinatura deste pacto, e já fica o convite a todos: isso ocorrerá no dia 25 de junho dentro de um seminário regional no Instituto Serzedello Corrêa, do TCU, e inclusive já estão abertas as inscrições para as pessoas que quiserem participar desse grande seminário. Está previsto, nesta data, a assinatura de todos os parceiros para que possamos então implantá-lo.

Nós teremos uma série de ações dentro desse projeto. Vamos ter um painel de boas práticas, vamos ter premiação das boas práticas na primeira infância, vamos ter o diagnóstico da situação da primeira infância no País em diversas áreas, concentrando especialmente no sistema de Justiça. Vamos realizar cinco seminários regionais para trazer o sistema de justiça: o Judiciário, o Ministério Público e a Advocacia para não só aprimorar o estudo sobre o marco legal, mas também para avançar na normatização e na implementação adequada desse marco.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	5

Eu não vou cansá-los e vou terminar a minha fala dizendo que esse projeto, embora tenha um prazo de aproximadamente um ano e quatro meses, tem como objetivo dar o primeiro passo e contribuir para que, no País, todos nós voltemos os nossos olhos, acendamos as nossas luzes para verificar a situação dos nossos vulneráveis, dos nossos filhos.

O cuidado não é só um ato de responsabilidade, mas de amor. A criança que recebe o cuidado, com absoluta certeza, será um indivíduo melhor, um ser humano melhor, e essa tem de ser a nossa missão. Existe um provérbio chinês – eu não sou descendente de chinês, sou de coreano, quero deixar isso bem claro – que diz: “se tens planos para um ano, plante arroz; se tens planos para dez anos, plante uma árvore; se tens planos para cem anos, eduque o seu povo”. Evidentemente, temos que investir para que essa educação, de fato, transforme o nosso País, mas nós não temos muito tempo, infelizmente. Esperemos que não tenhamos de aguardar cem anos para ver os resultados dessas ações.

Tenho certeza de que esta comissão trará e realizará grandes políticas para o País e que as mudanças serão positivas. Continuemos com fé, e agradeço mais uma vez o convite formulado pela Câmara Legislativa.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Com certeza, vamos ter fé e trabalhar. Doutor, muito obrigada pelas palavras. Com muito prazer, vamos fazer parte desse pacto.

Concedo a palavra a nossa Deputada Federal Paula Belmonte.

SRA. PAULA BELMONTE – Boa tarde a todos, que Deus nos abençoe, e abençoe em especial as nossas crianças e os nossos jovens.

Sempre falo que, para mim, é sempre um grande motivo de honra estar sentada à Mesa com pessoas que defendem isto. A única vez em que a Constituição Federal fala sobre prioridade absoluta é quando fala das nossas crianças e jovens. Então, para mim, é uma grande honra estar com todos os senhores aqui.

A Deputada Júlia Lucy, que é a Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância; o Sr. Richard Pae Kim, bonito nome, eu já ouvi falar muito do senhor – eu vou contar daqui a pouco, hoje eu estive lá no Supremo Tribunal Federal, falando com o próprio Ministro Dias Toffoli –, para mim é uma grande honra conhecê-lo pessoalmente, já tinha ouvido falar muito bem do senhor; a nossa ex-Governadora Maria Abadia, representando a Senadora Leila, que bem provavelmente estará amanhã também no evento que vamos fazer; nossa querida Elayne, representando a primeira-dama, que está muito bem também, muito grata pela sua presença; a Sra. Luísa de Marillac, representando o Ministério Público; muito grata ao Sr. Olímpio; a nossa querida Raquel da OAB; a todos que estejam aqui, todos que estão aqui à Mesa. Para nós, e para mim, no meu coração, e acredito que no coração de todo mundo, as crianças são do nosso Brasil, são de todos nós. Então, fico muito feliz de estar aqui com várias pessoas pensando em prol do bem comum.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	6

Eu quero registrar que sexta-feira tivemos um momento de grande vitória. Um grande momento de grande vitória e um marco para Brasília. O nosso Governador assinou algo que já era há muito tempo esperado por todos nós, que é o Criança Feliz. E o Criança Feliz vai fazer uma diferença na vida de cada criança, principalmente das crianças vulneráveis. Tem coisas que acontecem, mas temos de estar ligada nas coisas boas que acontecem. Isso para mim é a grande vitória, essa assinatura. Quero aqui registrar a minha gratidão à primeira-dama, que fez com que acontecesse verdadeiramente essa assinatura. E isso é um grande marco para Brasília. Um grande marco para Brasília. E me deixa com esperança, esperança de que todos nós vamos olhar as nossas crianças apartidariamente e suprapartidariamente. É nisso que acredito. Coloco-me à disposição de vocês.

Eu estive ontem com a Procuradora-Geral, a Dra. Raquel Dodge, falando também a respeito de outra situação, mas trouxe também para ela a questão da nossa primeira infância, porque existe um projeto de lei de um grande amigo meu – um deputado que defende também isso – pedindo que, de todos os acordos de leniência e vindos de corrupção, uma porcentagem seja destinada à política da primeira infância. Ela ficou muito feliz e falou: “Olha, a política da primeira infância é o que eu acredito”. E se colocou à disposição para que estejamos juntos. Eu fiquei de falar com ele, para irmos até lá conversar com ele a respeito disso. Eu e o Deputado Idilvan, do Ceará, que é o autor do projeto, o assinamos. Isso já é uma grande alegria, e já fizemos essa indicação para a procuradora.

Que em 2020/2021 façamos o biênio da primeira infância, para trazermos esse marco legal. Não só o marco legal, mas que as pessoas, que a nossa sociedade consiga entender que é cuidando de nossas crianças que teremos um futuro próspero. Amanhã, nós teremos um evento que será grande uma alegria e todos serão muito bem recebidos e muito bem-vindos.

Eu quero registrar aqui, antes disso tudo, que eu tenho acompanhado a Semana do Bebê e estou muito feliz com o que estou vendo. Eu vi trabalho na Vara da Infância e da Juventude falando sobre criança, eu vi falando sobre parto, eu vi falando sobre amamentação. Adriana, parabéns, junto com toda a sua equipe – Elayne, Ivânia, todos –, não vou citar os nomes, porque podemos nos esquecer de algum, mas todos recebam a minha gratidão. Este é o trabalho: união em prol das nossas crianças, que é o maior bem do Brasil. Quero registrar isso. Foi e está sendo maravilhoso o trabalho que vocês fizeram e organizaram.

Nós teremos um evento em que iremos subir com as crianças na rampa do Congresso Nacional. Às 9h30min estaremos nos encontrando e iremos ser recebidos ali por alguns Parlamentares da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados. Eu também estou representando essa frente aqui. A Deputada Leandre é a Presidente dela e eu sou a Vice-Presidente. Ela não estará presente, mas eu estarei lá representando-a. Nós vamos estar ali recebendo as crianças, teremos um momento também com um contador de histórias para as crianças, teremos uma solenidade lá.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	7

Hoje, falando com o Ministro Dias Toffoli, ele justificou a ausência dele e falou que a criança é prioridade e pediu que a gente pudesse fazer um evento parecido no Supremo Tribunal Federal com as crianças. É o tempo para a gente organizar e fazer também com as nossas crianças lá.

É isso. Eu desejo a todos que continuemos com a Semana do Bebê que é igual ao Dia das Mães é todo dia. Dia das crianças também é todo dia. Contem comigo verdadeiramente.

Quero registrar também que nós tivemos na semana passada um seminário aqui na Câmara Legislativa feito pela Defensoria Pública. Eu não tive a oportunidade de participar de todo ele, mas a minha equipe ficou, e foi algo fundamental. A política da primeira infância e da criança na Justiça fica perene. Tanto no Executivo quanto no Legislativo se muda, mas na Justiça se permanece e é onde o lugar dela é permanente. É isso. Muito grata e contem comigo. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Antes de passar a palavra aos demais – o próximo será o Deputado Leandro Grass, eu quero primeiro registrar a presença do nosso Secretário da Fazenda, André Clemente, muito obrigada por ter vindo –, nós vamos mostrar um videozinho que fizemos na Cidade Estrutural, para entendermos por que precisamos priorizar. Há muita gente que nunca foi à Estrutural, nunca foi à Santa Luzia, e talvez por causa disso ainda não tenha entendido a necessidade de se priorizar essa fase da vida. Pode soltar o vídeo, por favor.

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Nós, quando lançamos a Frente Parlamentar da Primeira Infância, discutimos este assunto, que nós temos essa realidade aqui no Distrito Federal. Como o Estado não consegue atender o déficit oficial dessas crianças, que hoje é de 19 mil, nós temos essa realidade de termos muitas mulheres, que de uma forma muito solidária, muito carinhosa, abrem as suas casas e recebem as crianças, os filhos de vizinhas, de amigas.

O problema é que essas mulheres são completamente desassistidas. Então, muitas vezes elas sequer têm condições de dar alimentos para as crianças. Eu sou do tipo pragmática e acredito que está na hora de a gente entender que essa realidade, enquanto a gente não tiver vagas para todas as nossas crianças, vai continuar acontecendo.

No lugar de fechar os olhos, eu acredito que a gente deva abraçar o fato, ajudar, capacitar essas pessoas e dar condições para que elas consigam exercer um bom trabalho, porque elas já estão fazendo isso. Elas estão cumprindo um papel que o Estado não consegue fazer.

Esse é um assunto que me preocupa muito. Estou debruçada sobre ele com organizações da sociedade civil. A gente precisa discuti-lo com cautela, com tranquilidade porque a gente precisa, realmente, entender que há muitas crianças cujas famílias não conseguem atendê-las. São famílias que não têm condições de

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	8

pagar de uma creche ou de terem uma babá – e elas são cuidadas por quem? Elas estão aí.

Também é importante destacar que nós, aqui no Distrito Federal, não temos um plano distrital de planejamento familiar. Esse é um trabalho em que eu estou agora junto com a Primeira Dama. A gente está constituindo um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de programa distrital de planejamento familiar, porque, muitas vezes, a gente vê mulheres tendo filhos de uma forma não planejada, totalmente sem estrutura. Muitas vezes, são mulheres que já gostariam de ter feito uma laqueadura, por exemplo, gostariam de ter colocado um DIU – Dispositivo Intrauterino – e acabam não tendo acesso a isso no sistema público de saúde.

A gente também precisa priorizar esse assunto de uma vez por todas, passando por cima de tabus e encarando a necessidade de a gente oferecer para essas mulheres, para essas mães oportunidades de conseguirem planejar se querem ter filhos ou não. Esse é outro trabalho que eu estou desenvolvendo tanto no Governo Federal – em parceria com a Ministra Damares, o Osmar Terra e também o Mandetta –, mas também aqui no DF. Se Deus quiser, a gente lança no segundo semestre um plano para ser incluído no âmbito do Criança Feliz inclusive.

Eu vou passar a palavra agora para o meu colega Deputado Leandro Grass, pois ele precisa sair. Ele faz um trabalho belíssimo, também, aqui na Câmara, em relação à primeira infância. Eu gostaria de convidar o nosso Secretário André Clemente para compor a Mesa.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Boa tarde a todas e todos. Quero aqui saudar a Mesa e parabenizar a Deputada Júlia Lucy por essa brilhante iniciativa, este encontro tão importante. Quero saudar a Deputada Federal Paula Belmonte, que tem lutado pela primeira infância lá no Congresso Nacional, os membros do Poder Executivo, do Poder Judiciário, das entidades da sociedade civil, o Secretário André Clemente, a Subsecretária Adriana, Ivânia, todos que são da rede de atenção à primeira infância e trabalham nesta causa.

Finalmente a gente tem conseguido aqui na Câmara Legislativa colocar esta questão no centro do debate, não só das nossas posições, das nossas visões sobre políticas públicas, mas também do debate orçamentário. Estamos agora com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em breve virá a LOA – Lei Orçamentária Anual e o PPA – Plano Plurianual.

Fico feliz também que o Secretário de Fazenda esteja aqui. No último seminário da Defensoria, eu coloquei a importância de a Fazenda se inserir como protagonista da nossa discussão, porque, querendo ou não, este pacto que nós tanto desejamos e sonhamos tem uma relação direta com o orçamento. E é sobre isso que eu queria falar aqui um pouco, inclusive considerando a proposta da Deputada Júlia Lucy de a gente pensar os investimentos que o Executivo e o próprio Legislativo, por meio de emendas parlamentares e da construção do orçamento aqui também, têm como responsabilidade.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	9

Primeira coisa. Eu acho que é salutar a gente entender por que a infância. Acho que não é só porque amamos as crianças, mas a infância é prioridade por uma questão óbvia. Aqui no Distrito Federal, as regiões mais pobres são justamente aquelas que concentram a maior proporção de crianças e adolescentes. E, se um dos objetivos do Estado brasileiro, segundo o art. 3º da Constituição, é reduzir a desigualdade, a estratégia mais eficiente e mais fácil é a de investimento na infância como caminho para promoção do desenvolvimento humano. É no cuidado da primeira infância que a gente garante todos os passos seguintes desse desenvolvimento que o ser humano precisa. A gente consegue também reduzir gastos públicos com saúde, segurança pública e consegue construir uma sociedade de fato justa e digna para todos e todas.

Aqui no Distrito Federal, apesar de nós termos aproximadamente 773 mil crianças e adolescentes, pessoas entre 0 e 18 anos, esse número não corresponde à mesma proporção do nosso orçamento. O orçamento da criança e do adolescente está na faixa dos 12% do total do orçamento público aqui no DF. E, se a gente retirar as despesas com pessoal, o percentual cai para 1%. As despesas de pessoal são as que mais consomem o orçamento da criança e do adolescente.

Nas regiões como Fercal, Itapoã, Estrutural, que é onde tem a maior proporção, a situação, como foi mostrado aqui pelo vídeo da Deputada Júlia Lucy, é alarmante. Apesar de essas regiões não terem uma grande quantidade absoluta, elas têm proporcionalmente... Se a gente olhar para Ceilândia, Samambaia e Planaltina, somando-as, teremos 261 mil crianças e adolescentes. E aí entra a discussão do orçamento. Como eu coloquei, a gente tem aproximadamente 4,8 bilhões; 3,7 bilhões voltados praticamente ao pagamento de pessoal; despesas correntes, 991 milhões, isso dividindo-se entre Secretaria de Educação, Fundo de Assistência Social, Secretaria de Justiça e Cidadania e o FDCA – Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Essa discussão sobre a composição orçamentária talvez seja a discussão estratégica que a gente tenha de fazer neste momento, inclusive, estando às vésperas do PPA, da LDO, da LOA.

Aqui na Câmara a gente faz um esforço de colocar as emendas. A Deputada Júlia Lucy vai talvez apresentar esses indicadores. Isso foi até solicitado para a gente. Em decorrência do trabalho da rotina, a gente só conseguiu trazer aqui para essa discussão agora.

No caso do nosso mandato, a gente mandou 56 emendas. Só da primeira infância, no total de 5,6 milhões, 17 regiões administrativas, sem considerar o orçamento também da juventude, o orçamento voltado às mulheres, sustentabilidade, infraestrutura, que impacta de forma indireta na infância.

Mas emenda parlamentar não é dinheiro, não é, Secretário? Emenda parlamentar é uma intenção, é um desejo que a gente coloca no orçamento e depende tudo de caixa, depende de fluxo financeiro. Eu já faço um pedido aqui ao

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	10

senhor, que também creio que é o mesmo da Deputada Júlia Lucy e de outros. Que a gente execute as emendas que estão indo para área da infância e da juventude; que a gente faça esse compromisso aqui hoje, se possível, de que todas as emendas orientadas à infância e à juventude serão implementadas, executadas, em especial aquelas que estão na área da educação, da saúde, da assistência, que, de fato, estão precarizadas.

Quero aqui também salientar a nossa participação conjunta com a Assessoria da Deputada Júlia Lucy, a Assessoria da Deputada Paula Belmonte, da Senadora Leila Barros e também com o Deputado Prof. Reginaldo Veras. Nós estivemos no FNDE na semana passada para averiguar o dinheiro que o Governo Federal tem para a construção de creches e de escolas.

A gente ficou muito preocupado porque se perde muito dinheiro por falta de projetos. E aí a gente foi ver por que não temos os projetos. É porque não temos as pessoas para fazer os projetos, faltam os engenheiros, faltam os arquitetos. Então, se eu puder dar alguma sugestão aqui, do ponto de vista de contratação de pessoal, especialmente na educação e na assistência, sugiro que contratem engenheiros e arquitetos para construir os projetos, para que a gente consiga captar esses recursos e executá-los. Isso não é só um problema de gestão, é de gestão, mas é também de pessoal.

Então, fica aqui a nossa sugestão à Secretaria de Fazenda, ao próprio Governo do Distrito Federal, e o convite para que, no dia 13 de junho... Nós vamos fazer uma força-tarefa com o FNDE, a Terracap, a Novacap, a Seduh e vamos convidar também a Secretaria de Educação, que estava conosco nesse encontro, para tentar rapar todos esses recursos que estão lá presos no FNDE e colocar a serviço do Distrito Federal na construção de escolas e creches.

Quero aqui, mais uma vez, parabenizar a Deputada Júlia Lucy pela brilhante iniciativa desta audiência e outros Deputados aqui desta Casa, professores e Deputados que vêm de uma trajetória de trabalho na infância e na juventude extremamente comprometidos na defesa desta causa.

Então, contém conosco. Somos muitos, somos fortes e vamos trabalhar em parceria para que não tenhamos nenhuma criança fora da escola, nenhuma criança com fome, nenhuma criança sem acesso à saúde, a um pediatra; para que todas elas possam crescer com dignidade e com qualidade de vida.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Muito obrigada, Deputado Leandro Grass. Esse dado que o Deputado Leandro Grass trouxe para a gente dos recursos do FNDE... Nós temos mais de 45 milhões de reais que foram cancelados, no ano passado, porque não havia projetos para poder executar. Se a gente tivesse executado, e eu tenho aqui uma lista de obras que poderia ter sido realizada... Na realidade, nós temos aqui quinze obras – em Planaltina, várias em Ceilândia, no Gama, em Santa Maria, em Taguatinga, no Recanto das Emas... Nós teríamos

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	11

condições de construir quinze novas creches, totalizando em torno de 1.800 vagas, já é quase 10% do nosso déficit oficial.

Então, Secretário, eu reforço o pedido do Deputado Leandro Grass de se reforçar o time de engenheiros da Secretaria de Educação, porque, se a gente tem o corpo técnico, a gente consegue pegar esse dinheiro, que é federal, vindo do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a educação – a gente também tem aqui um representante que pode falar sobre o tema. Mas a gente não pode deixar de pegar dinheiro federal, a gente não pode abrir mão de um centavo. Não dá! Então, isso tem de ser prioridade zero. Até o dinheiro vir para cá e a gente começar a construir, a gente tem aí uns três anos nessa brincadeira.

Então, Secretário, eu ratifico as palavras do Deputado Leandro Grass para que a gente realmente reforce esse nosso time dentro da Secretaria de Educação, para que a gente não perca mais nenhum centavo vindo do Governo Federal.

Passo a palavra agora à nossa ex-Governadora Maria de Lourdes Abadia, que está representando a nossa querida Senadora Leila Barros.

SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA – Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente eu quero cumprimentar, de uma forma carinhosa e amorosa, as pessoas que estão aqui presentes, principalmente aqui da Mesa. Vou pedir para citar rapidamente os nomes, até para sobrar mais um tempinho.

Eu queria cumprimentar a Deputada Júlia Lucy. Para mim foi uma surpresa primeiro conhecê-la e depois saber da sua luta. Nossa! Olha, gente, renova a esperança! E a gente sai daqui embalada nessa esperança ao saber que na Câmara Legislativa temos uma frente parlamentar para cuidar das nossas crianças.

Eu quero saudar a nossa querida Deputada Paula Belmonte. Outra surpresa feliz para Brasília é saber, Paula, de sua luta pela criança. É a sementinha. Se nós não cuidarmos bem das sementinhas, o que nós vamos colher no futuro? É bom saber que você está liderando na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar da Primeira Infância. Parabéns e muitas felicidades mesmo, sucesso na sua luta.

Tivemos aqui o Dr. Richard, que já saiu. Nosso querido Secretário de Fazenda, André Clemente, que é uma pessoa fundamental nesse trabalho porque, sem dinheiro, ninguém faz nada. Cumprimento também a Sra. Delegada Ana Cristina; o Sr. Olímpio Durães Soares, do FNDE; a Sra. Raquel Fuzaro, Vice-Presidente da Comissão de Proteção e Defesa da Criança e Adolescente da OAB/DF; a Sra. Secretária Nacional Substituta de Assistência Social do Ministério da Cidadania, Mariana Neris, acho que ela não está presente, não veio; a Sra. Elayne Rangel, representante da Primeira-Dama do Distrito Federal, Sra. Mayara Noronha; a Sra. Subsecretária, Adriana Faria; a Sra. Andreia Martinez; a Sra. Andrea Lemos; o Sr. Néilton Portuguez e a Sra. Cida Camarano. Não sei se todas as pessoas cujos nomes foram citados estão aqui, mas sintam-se todos cumprimentados.

Esta audiência pública mostra bem a responsabilidade e o compromisso de um novo tempo, eu acho que a gente pode dizer isso. Sabemos das dificuldades e

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	12

das preocupações que já foram colocadas, tanto pela Deputada Júlia Lucy como pela Deputada Paula Belmonte e pelo Exmo. Juiz, sobre a questão da educação no nosso País e sobre a questão da primeira infância.

Não adianta você fazer cotas parlamentares para as universidades, criando mecanismos, se você não prepara essa gente. Eu confesso que, na época em que eu era Deputada Federal, questioneei muito a questão das cotas. Se nós tivéssemos pensado na escola primária, na primeira infância e no ensino fundamental, todo mundo entraria – o índio, o negro, o branco, todo mundo teria condições de enfrentar e entrar bem em uma universidade.

Eu passei três anos na Universidade de Brasília, depois que saí do governo, coordenando uma pesquisa sobre perspectivas dos jovens em processo de delinquência. Olhem, é uma coisa incrível. O que víamos era rejeição na própria UnB dos jovens que tinham entrado via cotas: “Ah, esse aí é de cota...” É uma coisa terrível, não é isso o que a gente pensa para o nosso País.

Nós temos aqui representantes do Executivo, do Governador, da Primeira-Dama, todos aqui com esse foco na educação. Temos representantes da OAB, da Subsecretaria da Criança, da Secretaria de Fazenda, da Câmara dos Deputados, da Câmara Legislativa, do Ministério Público, os delegados, todos. Temos também a Senadora Leila Barros. Ela me pediu “Abadia, hoje é o dia daquelas votações todas...” Vocês têm acompanhado.

Tive o privilégio de receber o convite dela para assessorá-la, com muito prazer. Gosto de trabalhar com quem eu acredito, com quem tem sonhos e quer realizar as coisas. Então, a Senadora pediu que eu viesse e que dissesse que ela está à disposição para fazer parte desse grupo a fim de proteger a criança e os jovens. É uma meta dela.

Este ano, claro, a Senadora não tem as emendas, assim como a Deputada Paula Belmonte também não – não é, Paula? Desculpe-me, mas eu sou tão velha que eu posso chamá-la de criança mesmo, não é? Vamos ter emendas para o ano que vem. A gente está pensando em realizar audiências públicas com todas as instituições que trabalham com a primeira infância. Há o compromisso da Senadora de destinar emendas. E a gente vai ajudá-la nesse sentido.

Eu sou assistente social, toda a vida trabalhei em favela, com a pobreza, e a gente sabe das necessidades, o que está se passando. Quanto ao vídeo exibido, eu conheço pessoalmente aquele lugarzinho. É uma coisa mesmo. Está presente aqui a nossa querida Nazaré. De vez em quando, a gente está lá. Não é, Nazaré?

Quero falar dessa integração. Que coisa boa! Se há o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, unidos, Deputada Júlia Lucy, com esse compromisso de recursos, de fiscalização, de planejamento... aqui foram ditas coisas essenciais.

Quero contar para vocês uma experiência. Vou dizer o nome porque não há problema e não é culpa dele também. Quando foi construído o JK Shopping, de Ceilândia, houve aquele problema de ocupação de terras. Foi o Paulo Octávio que

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	13

construiu esse *shopping*. Tinham que fazer, então, a compensação. Na época, foi determinado que ele teria de construir uma creche no Pôr do Sol ou no Sol Nascente. Eu sempre confundo esses dois. Então, ele teria de construir uma grande creche como forma de compensação ambiental no Sol nascente ou no Pôr do Sol. Tudo bem.

Quando eu estive no governo no passado, na Secretaria de Projetos Estratégicos, eu fui fazer então o levantamento de pendências. Entre as pendências, André, havia essa que não estava sendo cumprida. Aí eu fui à Secretaria de Educação e falei com o Paulo. Eu disse a ele: "Paulo, meu filho, as crianças lá não têm creches para o ano que vem. Olhe aí". Ele disse: "Abadia, eu não sei o que eu faço, porque a Secretaria de Educação não elabora o projeto da creche". Eu fui à Secretaria de Educação e disse: "Gente, cadê o projeto da creche?". Disseram: "Ah, vamos fazer e tal e tal". Entrei e saí cobrando esse projeto – vocês estão entendendo? Diziam: "Não. O projeto de arquitetura está pronto, mas os projetos de instalações não estão prontos. Isso não é competência nossa. É competência de quem vai fazer".

Gente, é um jogo e tanto! Imaginem quantas mil crianças, porque a creche é muito grande, poderiam estar lá? Então, na hora em que tivermos todo mundo junto, cada um buscando, independentemente... A gente está numa situação que não tem que estar pensando na religião, no partido, na ideologia, nisso ou naquilo. Acho que a gente tem que ter compromisso com o ser humano.

Eu fico triste quando vejo os índices de avaliação da educação do nosso País, da educação da nossa Brasília. Gente, Brasília foi modelo de saúde, de educação. A Universidade de Brasília! Meu Deus do céu, nós estamos perdendo a nossa cidade. A nossa cidade está saindo entre nossos dedos. A gente não está sendo capaz de entender a grandeza da Capital do País, da importância da nossa gente. Todo mundo que veio para cá veio para construir, veio atrás de um sonho, para construir uma nova cidade, uma nova geração. Dom Bosco sonhou isso. Então, Brasília é profecia, e eu fico feliz em saber. Quero nas minhas palavras aqui dizer "contem conosco".

Eu estou na assessoria da Senadora Leila com muito prazer. Estou vendo o trabalho dela incansável, o compromisso que ela tem, e a gente tem trabalhado. Vamos trabalhar nessas emendas, Paula. Eu acho interessante fazermos uma coisa conjunta para multiplicar. E olha, somos nós. O povo sabe quem é que está fazendo. A gente sabe que o bem chega primeiro.

Então, dizer do recado da Senadora, do compromisso dela em definir emendas para a primeira infância, para os jovens. E trabalhar na prevenção, minha gente. Não adianta! Era Caje, agora eu não sei como se chama, porque sempre quando muda o governo, mudam os nomes de tudo. De vez em quando eu ainda estou chamando de Shis a Codhab, e o pessoal me diz "não, Abadia, pelo amor de Deus, não é mais isso aí, não; se liga!" Então, gente, Shis era aquilo, era o órgão que mexia com casas, é aquilo lá. É nome. Era Secretaria de Desenvolvimento Social na minha época, depois passou a ser Sedestmidh, e eu nem sabia falar o nome todo.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	14

Agora me parece que já é Sedest, não é? Eu sei que o negócio vai e vem, mas é tudo a mesma coisa.

Eu queria acrescentar que, além desse planejamento que a gente tem que fazer... Nós temos que fazer! Gente, eu tenho o meu nome escrito na Constituição do Brasil. Vocês me perdoem, mas eu tenho ciúmes de Brasília. Tem gente que me fala "mulher de Deus, você não morreu ainda?". Eu digo "Não morri ainda não". "Você ainda está aí?" "Sim, estou. Mas isso depende de Deus."

Olha, Clemente, eu já tive apelido de pulga de pensão, de tudo. Não interessa. Mulher da Ceilândia, mulher de não sei de quem, de tudo. Mas, gente, vamos dar as mãos, e vamos ver se a gente dá um exemplo assim de unidade, de solidariedade, sei lá, de companheirismo, para que possamos ajudar as pessoas.

A Júlia falou uma coisa. Júlia, eu já fui tão contestada! Eu nem sei se você pode ficar falando muito isso, não. Você sabe o que é? Às vezes, eu falo da minha profissão, às vezes os assistentes sociais vão às instituições sociais, e eles não têm o privilégio, eu até já discuti isso com a Leila, eles não prestam contas. Às vezes ficam manchados porque não têm dinheiro para pagar um contador para fazer a prestação de contas. Então eles são tidos como se não soubessem fazer as coisas. Não é?

Eu acho que a gente tem, Paula – eu falo aqui, porque vocês têm dinheiro, aqui está a nossa representante da primeira dama também –, que criar uma Secretaria com contadores para poder ensinar às instituições sociais a fazerem prestação de contas, a fazerem um projeto social que tenha metas, tenha foco, tenha os objetivos, os gerais, os particulares. Eles não têm isso. Então, está faltando essa coisa.

Eu acho que estamos no momento, através dessas audiências públicas, através desse trabalho que vocês todos estão fazendo, de começarmos a pensar nisso. No planejamento, por que vamos pensar numa creche ali? Não! Vamos chamar todas as instituições que cuidam da primeira infância e saber quais são os objetivos, quais são as prioridades. É uma coisa fácil. Na hora em que houver boa vontade, a gente consegue.

Outra coisa que eu queria falar, e isso já foi falado, é quanto dinheiro do Governo do Distrito Federal volta, querida! Isso porque não tem projeto. O Secretário da Fazenda não vai fazer projeto social, tem que ter alguém que cobre. E nós temos o conselho também, nós temos tudo. O que falta é que cada um está no seu quadradinho trabalhando, mas não chega no global, no macro. Vamos ver se a gente consegue isso.

Uma coisa nessa questão dos projetos é ter alguém que oriente como fazer os projetos, estabelecer as prioridades. Essa fiscalização é importante. A gente sabe que tem gente que abusa, tem gente que quer tirar proveito. Tem tudo. No mundo tem tudo.

Vocês falaram de uma coisa, gente. Falaram do planejamento familiar. Quem lida, sabe. Vocês que trabalharam em campanha sabem quantas mães chegam para

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	15

a gente, mulheres. Pelo menos para mim, é uma loucura: “Minha filha, arruma laqueadura de trompas para mim, eu não quero mais ter filho, não posso mais ter filho, já tenho cinco, já tenho seis, não tenho mais onde botar menino. Eu não quero mais, e não vou fazer aborto”. Essa questão do planejamento é complicada? É. Vocês sabem que, às vezes, até ideologicamente tem gente que é contra, e diz: “É porque não quer que nasça pobre”. Não, não é isso. Mas também não adianta nascer e nem chegar a ficar adulto. Morre antes, porque essas pessoas não têm condição de dar nem comida, nem educação, nem nada.

É o dedo na ferida que nós temos de colocar? É. O planejamento familiar. É muito melhor fazer um planejamento familiar digno, porque a modernidade permite isso, do que fazer aborto, que entra na questão religiosa. Somente a mulher, coitada, fica com sentimento de culpa a vida inteira, e tanta coisa. São problemas que a gente tem que enfrentar.

Uma última coisa que eu quero dizer a vocês é sobre a questão da prostituição infantil. Nessa pesquisa que eu fiz para a UnB, a gente trabalhou com jovens, e nós fizemos naquela área que se diz de transbordamento de Brasília: Novo Gama, Céu Azul, Pedregal, Lago Azul, Novo Gama, Águas Lindas, Planaltina de Goiás. Gente, eu tenho fotos. Até a UnB nos pediu, ela queria fazer outro contrato para que a gente fizesse o trabalho, o livro sobre a questão da prostituição infantil. Olha, as mães vão com crianças de 9 anos para os cabarés. Sabe, é uma coisa... Posso mostrar as fotos, Paula, a vocês que estão aí. É inacreditável a prostituição infantil.

A gente ouve muito falar no Nordeste, por causa dos turistas e tal, que vêm explorar as jovens, as menores, mas não! Nós temos prostituição infantil dentro do nosso quadrado. Nós temos na estrada de Luziânia, nós temos prostituição infantil no Sol Nascente, no Pôr do Sol. Nós temos em todos os lugares de Brasília a prostituição infantil. É uma coisa que está ainda numa fumaça, as pessoas não estão muito atentas. Estão para violência, para tudo, mas não para isso.

Então, era esse o recadinho da nossa Senadora Leila, que é uma parceira e vai ajudar muito nas emendas, se Deus quiser. Eu acho que é uma oportunidade muito boa de a gente ajudar. Temos aqui o nosso querido André Clemente, que é doutor nas finanças, para ajudar a coisa a caminhar, para soltar o dinheiro, junto com o nosso Governador e tudo. Era isso. Muito obrigada.

Contem com a Senadora e contem comigo também, independentemente de qualquer coisa. Sou sim uma atrevida de estar metendo o bico, mas é porque eu gosto desta cidade, amo Brasília. Tudo que eu tenho, foi esta cidade que me deu, e tenho que devolver alguma coisa. Um beijo para todo mundo.

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Olha, Abadia, nós que estamos na vida política, nós mulheres, eu e Paula, que estamos aqui, devemos a mulheres protagonistas e desbravadores como você.

Como eu falei, lembro-me de você pedindo voto para mim, lá na Ceilândia, eu criança e isso até hoje está na minha memória. Então, quero agradecer pela sua

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	16

trajetória, pela sua batalha e dizer que você está plena com muita experiência, muita bagagem e a gente precisa disso.

Inclusive, eu acho que um dos benefícios que essa reforma da previdência vai trazer é exatamente pessoas com capacidade, com experiência, com formação e com juventude, ainda, porque a pessoa hoje com 60 anos está superbem para continuar dando contribuição para o desenvolvimento para o nosso País.

Então, agradeço demais a sua presença.

SRA. MARIA ABADIA – E eu estou muito feliz. Hoje eu vou sair daqui muito feliz pelo que está acontecendo aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Vou fazer uma pequena apresentação sobre a questão do investimento parlamentar. Mas antes eu vou passar a palavra para a Paula.

SRA. PAULA BELMONTE – Sra. ex-Governadora, para nós, como disse a Deputada Júlia Lucy, é uma grande alegria ouvir a senhora aqui falando e todos nós estamos aprendendo com a senhora.

Agora que eu me toquei. Eu sabia que a senhora era uma Deputada Constituinte. Mas nós, Brasília, termos uma mulher constituinte, é algo de que realmente nós devemos ter honra. Para nós é uma grande alegria.

Somente para atualizar a senhora, essa escola do Paulo Otávio já está sendo construída. Eu já estive várias vezes ali na frente, e toda vez que eu passo já está em fase adiantada. Parece-me que já está no segundo andar. Eu sempre tiro foto, faço filmagem e mando para ele. E é uma escola muito grande, bem na entrada do Sol Nascente.

Aproveito para registrar, também, a presença de pessoas da Secretaria de Educação que estão aqui representando o Secretário Rafael Parente, e o pessoal também do conselho tutelar, que é algo que a gente precisa valorizar.

Nós tivemos, infelizmente, duas tragédias. Infelizmente é essa a palavra, não há outra para falar sobre o que aconteceu na semana passada. E só não foi pior porque o conselheiro chegou.

Ontem nós estivemos com a Ministra Damares que falou: “Só não morreu mais uma criança em Planaltina porque o conselho tutelar chegou”. Então, é algo que a gente precisa valorizar e não podemos deixar acontecer o que aconteceu com as nossas crianças.

Muito grata.

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Obrigada, Paula.

Eu também quero registrar a presença do Secretário de Relações Parlamentares do DF, Bispo Renato, que está sempre com a gente na Câmara. Bispo Renato Andrade, o senhor está vendo a necessidade de focar na primeira infância. Leva para o Governador.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	17

Quero registrar também a presença da Dra. Karina Brito, Defensora Pública do Distrito Federal. Obrigada pela presença.

Vamos falar aqui rapidamente. Na Câmara eu também sou Procuradora Especial da Mulher. Então, eu tenho a missão de fiscalizar a atuação do governo no combate à violência contra a mulher. Todos nós sabemos que a violência contra a mulher é violência contra toda a família. Não tem como desvincular a mulher de criança.

Então, você sabia, hoje – olha o dado triste que temos em pleno 2019 – as mulheres que se tornam mães no Brasil, e em Brasília é a mesma realidade, elas estão abandonando as suas carreiras. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas mostrou que aqui no Brasil, depois de ter sido mãe, 50% das mulheres acabam não voltando ao mercado de trabalho. Olha que dado triste!

Como a gente vai conseguir desenvolver este País sendo que a gente tem uma mão de obra extremamente qualificada, porque aqui no Brasil a mulher estuda mais que o homem, em média. No Distrito Federal ainda é maior, a mulher ainda estuda mais do que o homem. Mas metade das mulheres que se tornam mães não voltam ao mercado de trabalho. E adivinhem por quê? Onde elas vão deixar as crianças? Tem a licença, mas e quando acaba a licença? Elas não têm onde deixar as crianças. Então, é urgente.

A chance de mulher que não trabalha se tornar vítima de violência é altíssima. Sem independência financeira, como é que ela vai se libertar de um relacionamento violento?

Então, de uma vez por todas, ou a gente entende que creche é básico, é prioridade ou não adianta a gente ficar com discurso contra a violência, contra a mulher, políticas... Não adianta. Se a mulher não tiver onde deixar o seu bebê, não vai conseguir trabalhar. E nós como País estamos perdendo.

Temos aí uma série de consultorias que mostram – a Making, por exemplo, já mostrou – que, quando nós temos mulheres nos cargos de liderança e chefia, as empresas tendem a lucrar 20% a mais. Essa lógica é a mesma do setor público. Se temos mulheres que não conseguem ascender aos cargos de liderança e chefia desse setor, nós estamos perdendo na qualidade das decisões de políticas públicas também. Existe o efeito tesoura, muitas mulheres entram na base, entram nos órgãos públicos, por exemplo, mas não conseguem ascender, e mais uma vez o motivo é que elas não têm com quem deixar seus filhos.

Nós temos aqui esse dado. No gráfico de *pizza* da esquerda, nós mostramos na parte clara 56%, a média de crianças de 0 a 6 anos matriculadas em creches. No País, a média é de 56%. E, pasmem, Brasília só tem 44% das crianças matriculadas em creches, e aqui nós estamos falando de creches públicas e privadas. Públicas e privadas! Então, Brasília, que tem um dos maiores orçamentos *per capita* do Brasil, consegue ficar doze pontos percentuais da média nacional, quando analisamos a taxa de matrícula.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	18

Nós temos, no gráfico de *pizza* da direita, porcentagem de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche aqui no Distrito Federal. Temos 22% das crianças de 0 a 3. No primeiro gráfico, é de 0 a 6; no segundo, é de 0 a 3. Nós temos 22% das crianças matriculadas contra 78% não matriculadas.

E aí é que vem a questão, gente, o que está acontecendo com essas crianças de 0 a 3 anos, com esses 78% que não estão matriculados? Quem está cuidando delas, desses 78% que não estão em creche? As mães. As mães, que precisaram abdicar dos seus trabalhos.

Olha, eu acredito que nós precisamos defender a liberdade, eu sou liberal, estou no Partido Liberal. Se a mulher tomar a decisão de abandonar o seu trabalho para cuidar dos filhos, ela tem a sua liberdade, ninguém pode criticar. O problema é quando ela não tem opção, gostaria de continuar estudando, gostaria de continuar trabalhando, mas não tem com quem deixar o seu filho. Aí é que está o problema.

E nós temos aqui que no grupo 1 de renda, que é o de renda alta, o percentual de crianças matriculadas é de 40%. Agora, quando vamos para o grupo 4, que é o de baixa renda, esse percentual cai para 16%. O que nós temos? Temos as crianças ricas sendo desenvolvidas, o cérebro no auge de sua plasticidade está sendo desenvolvido do ponto de vista social, cognitivo, motor, nutricional, porque as crianças precisam se alimentar da melhor maneira possível nessa fase. As ricas estão tendo esse acesso. Como vou colocar uma criança pobre para competir com essa rica?

Então, nós defendemos a meritocracia, mas, enquanto as bases não forem as mesmas, não há que se falar em meritocracia, não tem jeito, é injusto. Eu posso falar. Por exemplo, minha filha tem 15 anos e a vida inteira estudou em escola particular excelente, além lógico do auxílio que tem em casa, eu sou extremamente exigente, estudo com ela todas as matérias, e se a minha filha for competir com uma criança que mora por exemplo no Sol Nascente, essa competição será desleal, não existirá competição. A solução, concordo com a ex-Governadora, não é cota, a solução é universalizar a educação básica de qualidade, é essa a nossa bandeira.

No Distrito Federal nós temos aproximadamente 19 mil crianças de 0 a 3 anos aguardando vaga em creche. Nós sabemos que muitas famílias sequer procuram essas vagas porque acreditam que não vão conseguir. Hoje esse dado é um dado oficial daquelas famílias que procuraram, mas boa parte delas acabou não procurando.

Pensando nisso, nós fizemos aqui o lançamento da Frente Parlamentar da Primeira Infância. Foi muito bom. Já tivemos a participação de muitas pessoas que estão nessa batalha. Foi o início desse conjunto de ações. Estamos implementando ações em parceria com o Governo Federal, com o Poder Judiciário.

Aqui eu trouxe a informação de que as crianças que têm recursos vão para creche onde podem desenvolver seu potencial. Enquanto isso, as crianças que nascem em lares de baixa renda não conseguem ter acesso ao ensino de qualidade.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	19

Isso não é justo e faz com que, no futuro, a concorrência entre brasileiros seja desleal, o que é exatamente o que eu disse agora. Não é segredo para ninguém que o acesso à educação de qualidade impacta na vida adulta das crianças.

Gente, eu não sei se vocês estão observando, mas eu estou nas ruas todos os dias. Visito praticamente uma escola por dia e converso com os diretores dessas escolas. Eu estou assustada com os dados. Alunos dos 6º e 7º anos estão saindo completamente analfabetos – isso são os diretores que me dizem. Eu não estou em sala de aula com esses alunos. Eu lido, na realidade, com os adultos que estão nas ruas. Nitidamente, a gente hoje está vendo uma massa de pessoas que não conseguem interpretar perguntas simples.

Eu vou dar um exemplo. Cheguei a uma cidade satélite – não vou falar qual agora, para ninguém se sentir ofendido – e fui percorrendo os comércios perguntando o seguinte: “Qual é a prioridade aqui, na sua cidade, para a gente melhorar?”. E as pessoas me diziam: “Todas”. Eu pensei: caramba, não entendeu minha pergunta, não sabe o que é prioridade. Aí eu reformulava a pergunta. “Está bem. E os problemas? Qual é o principal problema?” “Todos.”

Então, é simples. Eu fiz uma pergunta simples, mas aquele adulto não entendeu, não soube me responder. Eu pergunto: essa pessoa vai conseguir emprego? Não vai! Não vai! Então, nós estamos, infelizmente, criando hordas e hordas de pessoas analfabetas! E não tem como.

Nós estamos vivendo uma mudança no mercado de trabalho, em que as pessoas têm que ter habilidades básicas, como raciocínio lógico, interpretação de texto e capacidade de aprenderem sozinhas, de serem autodidatas. E quais são as competências que as nossas escolas estão dando a essas crianças? Eu não observo.

Pode passar para o próximo, por favor.

Pesquisas apontam que a cada dólar investido na primeira infância, 7 dólares são economizados num período de 5 anos. Não há, gente, nenhuma política pública que ofereça um retorno tão alto e tão garantido como a política pública na primeira infância. Não há! Não há! Então, se há um lugar onde a gente precisa colocar o nosso dinheiro, Secretário, esse lugar é a primeira infância. E, veja bem, o prazo não é tão longo assim. Dentro de cinco anos a gente já terá um retorno. Dentro de cinco anos a gente já consegue fazer uma modificação real.

Pode passar.

Repetindo: a forma de fazer um país mais justo é garantir que todas as crianças tenham oportunidade no começo da sua formação.

Pode passar para o próximo, por favor.

Agora eu, vou trazer alguns dados aqui da legislatura passada, porque o objetivo desta audiência pública é o quê? Todos nós concordamos que a primeira infância é prioridade, mas será que isso está convertido no orçamento, como o

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	20

Deputado Leandro Grass muito bem colocou? Porque a política pública sem orçamento é uma folha de papel em branco.

Nós vamos apresentar aqui os valores das emendas que a legislatura passada colocou em eventos. Nós tivemos aqui, por exemplo, o Deputado Cristiano Araújo, que não foi reeleito. Ele colocou, do total das emendas dele, mais de 8 milhões, 874 mil só em eventos. E 7 milhões agora estão previstos para serem executados este ano. O Deputado Ricardo Vale – que também não foi reeleito – investiu 7 milhões, 443 mil, 967 reais em eventos. Nós temos alguns Deputados que investiram 4 milhões, 3 milhões. Eu quero dar os parabéns ao Deputado Bispo Renato Andrade, que colocou só 60 mil reais em eventos. Muito bem, muito bem.

Nosso gabinete encaminhou um memorando para os outros 23 gabinetes desta Casa que pergunta quanto cada Deputado iria investir na primeira infância. Nós tivemos a resposta do Deputado Eduardo Pedrosa, a da Deputada Jaqueline Silva e a do Deputado Leandro Grass. Mas nós conseguimos fazer um levantamento, utilizando a pesquisa por meio de PDAF, creche e infância. Usando esses três argumentos, nós fizemos aqui um levantamento de como vai ser o investimento dos Deputados desta legislatura – considerando isto: PDAF, creche e infância.

Nós temos, em primeiro lugar, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, investindo 10 milhões – muito alto esse investimento. Em segundo lugar, o Deputado Agaciel Maia, com 8 milhões. Eu estou em terceiro lugar, com 7 milhões. Depois nós temos o Deputado Cláudio Abrantes, com 5 mil; o Deputado João Cardoso, com 4 milhões e 800 mil; o Deputado Leandro Grass, com 5.302.

É uma melhora bastante considerável quando a gente pega o quadro de destinação das emendas parlamentares da legislatura passada. Mas ainda podemos melhorar muito, porque esse quadro é baseado em emendas no valor de 11 milhões de reais – na realidade, para quem é da nova legislatura, para quem foi eleito agora, porque quem é da legislatura passada tem um orçamento previsto de 19 milhões.

Então, a gente ainda pode ter muito mais investimento. Basta nós, que estamos aqui, que estamos com essa campanha forte, entrarmos em contato com o Parlamentar, com os Parlamentares da Casa, para que eles priorizem a primeira infância nos próximos anos da legislatura.

Para cada creche, a gente estima um gasto, um investimento de 3 milhões por creche. Se a gente priorizar esse investimento, a gente hoje consegue pelo menos zerar o déficit oficial de creches no DF.

Pode passar, por favor.

Aqui eu coloquei os Deputados da legislatura passada. A gente fez um... Desses dois que eu já tinha mencionado, o Deputado Cristiano Araújo, por exemplo, colocou R\$8.874.395,00 (oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e cinco reais) em eventos e, para PDAF e creche infantil, ele colocou 100 mil reais. O Deputado Ricardo Vale colocou R\$7.443.967,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta e sete reais) para eventos; para a

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	21

primeira infância, R\$3.020.000,00 (três milhões e vinte mil reais). Nisso aqui a gente observa as prioridades de cada Parlamentar.

Pode passar.

Vamos, agora, ver algumas das... Esse quadro aqui...

A gente tem aqui um representante do FNDE. Eu gostaria que ele comentasse esse assunto também, assim como a representante da Secretaria de Educação.

Nós temos aqui a relação de quinze obras previstas já com espaço definido – não é, Marcos? –, em regiões extremamente necessitadas. E aqui nós estamos falando do Gama, do Guará II, de duas em Santa Maria, de Taguatinga, do Recanto das Emas, de Taguatinga de novo, da Ceilândia, do Gama, da Ceilândia...

São quinze propostas de creche, cada uma com a possibilidade de ter 120 crianças, o que totalizaria 1.800 vagas. Se a gente conseguir a liberação dos recursos do FNDE, a gente consegue construir isso.

O nosso representante do FNDE está aqui. Quero pedir que comente esse assunto e se sensibilize, para ajudar a gente a construir esses projetos. Eu falo “a gente”, porque a Câmara precisa estar unida a essa batalha da Secretaria de Educação.

Eu, durante a minha campanha, não fiz nenhuma promessa, mas eu assumi o compromisso de batalhar intensamente para zerar a fila de creche. Esse foi meu compromisso. Então, vamos nos unir mesmo nessa batalha, porque não há como abrimos mão de nenhum recurso.

Pode passar, por favor.

E é esse o meu convite, de irmos todos juntos. A Defensoria Pública pode nos ajudar muito também, porque ela tem um registro muito maior. Assim como o Ministério Público, que também tem um registro muito maior que o nosso de famílias que precisam de creches. Como eu disse, o dado que está na Secretaria de Educação é das famílias que procuraram a Secretaria de Educação, e nós sabemos que muitas não procuram, mas foram assistidas pela Defensoria, pelo Ministério Público. Eles têm os dados reais. Vamos firmar esse pacto, sim. Vamos juntos.

Eu quero pedir ao representante do FNDE, o Sr. Olímpio, que comente esse assunto e diga o que o FNDE pode fazer para definitivamente liberar esses recursos e fazer com que o Distrito Federal consiga acessar esses recursos.

SR. OLÍMPIO DURÃES SOARES – Boa tarde.

Primeiramente eu gostaria de cumprimentar a Mesa, Deputada Júlia Lucy, a Deputada Federal Paula Belmonte e os demais representantes.

Eu estou representando o Prof. Carlos Alberto Decotelli, que é o Presidente do FNDE, que me pediu que viesse, de forma carinhosa, a este evento. O meu nome

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	22

é Olímpio Soares, sou servidor de carreira do FNDE, estou hoje à frente da coordenação geral de monitoramento de obras, área de engenharia.

A gente tem tratado muito – eu estava até presente em uma reunião em que o Deputado Leandro Grass estava também, no ano passado, na presidência do FNDE – com a Secretaria de Estado de Educação acerca das dificuldades técnicas que eles têm para conduzir as obras, executar fisicamente essas obras, o físico-financeiro dessas obras.

Todavia, sobre o ponto dessas obras que foram canceladas, o que ocorreu? De 2007 para cá, o GDF tem 230 obras pactuadas junto ao FNDE, financiadas pelo FNDE. Obras de todas as tipologias. Sejam creches, construção de quadras, escolas, cobertura de quadras. Desse montante, estão concluídas 107. Voltando a olhar para as creches, que abarcam o Programa Pró-Infância, tendo até um montante, foram feitas 110 obras de creches, desde 2007 até hoje, com o FNDE. Dessas 110, já estão concluídas 58; todavia foram canceladas, no ano passado, pelo Governo Federal, a construção de 49 creches. Por que o governo as cancelou? E foi só no GDF? Não. Foram canceladas cerca de 3 mil e 100 obras e empreendimentos pactuados desde 2011 e 2012 com o governo.

Como que é o FNDE? Para vocês entenderem, o FNDE custeia... A gente tem hoje dois projetos, o tipo 1 e o tipo 2. O tipo 1 abarca 188 crianças em um turno inteiro ou 376 em dois turnos. O tipo 2 é a metade disso, a gente fornece o projeto de engenharia e o ente federado tem que fazer a licitação e executar as obras. O FNDE vai custeando isso até concluí-las.

Então, o GDF firmou convênio para essas 49 creches, que foram canceladas no ano passado. Tem firmado convênio desde 2011 – cinco anos, seis anos –, mas essa obra sequer foi licitada. Isso não aconteceu só no GDF, aconteceu no Brasil inteiro. O Governo Federal estava com dívida de empenhos e se viu obrigado a cancelá-las. Então, isso foi cancelado, são de fonte PAC. Essa foi uma discussão do comitê gestor do PAC, que é o CGPAC, em 2017; e foi cumprida pelo FNDE no ano passado. E são 49 obras aqui do GDF.

Todas as obras, toda e qualquer obra pactuada junto ao FNDE é feita por meio do PAR, que é uma ferramenta, é um plano. E esse PAR está aberto, o que a gente recomenda? Que o ente federado acesse o sistema, o Simec, por meio do PAR, e solicite novas obras. Procurem o FNDE para ver como se pode fazer isso. O FNDE está aberto para realizar. No dia 13 agora vai ter um evento, junto com a Seduc, para auxiliar de forma técnica. A FNDE está aberta para auxiliar, de forma técnica, o ente federado. No caso, a Secretaria de Educação pode questionar por que essas 49 foram canceladas e por que o governo não tem intenção de retornar a elas.

Por que também isso? Uma obra que foi pactuada à época, uma obra tipo 2, tipo 1, custava 2 milhões. Hoje ela custa 2 milhões e 800, ou seja, se continuasse essa obra, o GDF teria, no caso, que arcar com 800 mil reais a cada obra. São 800

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	23

mil reais vezes 50 obras canceladas. Então é mais plausível solicitar novas obras no PAR.

O FNDE está aberto, o Presidente pediu para eu falar isso. A gente está pronto para atender ao ente federado – seja marcando um evento no GDF, seja marcando um evento para receber no FNDE para mostrar o caminho das pedras.

Então, em suma, o problema foi que não se licitaram as obras pactuadas há cinco, seis anos. Aí o Governo Federal as cancelou, porque não justificava ficar com a pactuação em tantas obras não iniciadas.

Bom, gente, de forma técnica, eu fui bem sucinto, Deputada, ao dizer o que aconteceu. Hoje, há só quatro creches em execução no GDF, é muito pouco realmente! Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Então o FNDE já está em parceria com a Secretaria de Educação.

SR. OLÍMPIO DURÃES SOARES – Isso, sim, para resolver problemas técnicos de obras que estão em execução. Eu me ative aqui apenas às creches, a essas 49, mas há outras obras em execução: construção de escola de quatro, seis salas, construção de quadras, construção de cobertura de quadras. A Secretaria de Educação está com dificuldades técnicas, então está pedindo auxílio ao FNDE. Principalmente na minha área, que é engenharia, o FNDE vai auxiliá-los em como corrigir as restrições, os problemas de execução para concluir essas obras.

Essa outra questão é um problema de solicitar novas obras. Então, a Secretaria de Educação, por meio do PAR, pode acessar e solicitar novas obras; preencher o PAR e solicitar... O FNDE vai analisar e deferir se sim ou não, mas vai ser analisado.

Não sei se foi solicitado recentemente, mas procurei lá hoje e não vi nenhuma solicitação. Então, recomendo que façam essa solicitação via PAR ao FNDE – simec.mec.gov.br. Há a ferramenta PAR em que se pode solicitar essas obras, essas novas creches, porque, se não se solicitar... Mesmo uma emenda parlamentar, ela tem que passar pelo PAR. Solicitem para ser deferido, serem fomentadas novas creches.

Nessas 49, realmente, vejo inviabilidade de elas ressuscitarem, porque foram canceladas. O governo as cancelou depois de várias tentativas dessas obras.

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Entendi. Acho que estamos começando a desvendar, então, os problemas.

Concedo a palavra à Dra. Raquel Fuzaro, representante da OAB, que vai falar agora do panorama de investimento do governo.

SRA. RAQUEL FUZARO – Boa tarde a todos e a todas, eu cumprimento a todos os presentes ao cumprimentar a Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância, Deputada Júlia Lucy; também gostaria de cumprimentar a todos, a

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	24

Deputada da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados, Deputada Paula Belmonte; nosso Secretário André Clemente; Abadia; Andréa; Luísa; Olímpio; e a todos os presentes.

Eu reitero o compromisso da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB do Distrito Federal na pauta da infância. Estamos à disposição.

Todos aqui podem nos chamar, porque queremos essas parcerias e queremos estar juntos na promoção, na garantia e na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Vale lembrar que este evento de hoje, como já foi mencionado, faz parte da Semana do Bebê, cujo mote é o direito ao abraço.

Também não posso esquecer que, diante dos últimos fatos das últimas semanas, é preciso mencionar que, de alguma forma, a nossa rede de garantias, e de alguma forma nós todos, eu digo nós pessoas físicas, instituições, sociedade, estado, Judiciário, de alguma forma, falhamos.

E é importante esse reconhecimento da nossa falha para que não só fiquemos lamentando, mas que possamos entender que precisamos caminhar, entender quais foram os erros dessa rede de garantias que está falha. Digo nós mesmos, pessoa, porque você vê que, dentro da família, a vizinhança, a sociedade... Então, é preciso que tomemos essa consciência para que possamos avançar e fazer as mudanças necessárias.

Criança é prioridade absoluta no orçamento público. E essa frase está no presente e é uma frase afirmativa. Digo isso porque está escrita e consta na nossa Carta Maior, a Constituição Federal.

Prioridade no orçamento. O orçamento público é a peça fundamental para conseguirmos implementar as políticas públicas. Então, toda vez que a gente fala em algum tipo de política – programas, projetos, atividades, ações –, falamos de recursos para tal. O orçamento é a peça fundamental para que a gente consiga implementar as políticas públicas. Só vamos quebrar esse ciclo de vulnerabilidades, quanto tivermos esse princípio da prioridade absoluta efetivado.

Como estamos aqui em uma Mesa bem plural, nós temos o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público, há três perguntas, eu acho, que ao longo dessa tarde seria importante a gente tentar chegar nas respostas. A primeira: como fazer para o governo priorizar as políticas para a primeira infância? Como fazemos isso? A segunda: como mostrar a importância de executar os recursos? Acabamos de falar sobre isso, em como é importante. Como fazemos para executar esses recursos? Vamos nos sentar e, todos, buscar a execução plena dos nossos recursos? E a terceira: quais indicadores são utilizados, pelo governo, para demonstrar que as políticas estão garantindo, sim, a prioridade e os direitos da criança? Essas são as reflexões para que possamos, como sociedade – todos os órgãos, todos os Poderes e as pastas –, nos sentar para delinear, fazer esse mapa, a fim de conseguirmos avançar.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	25

Como eu disse no início, o que diz a lei? Eu estava falando que criança é prioridade no orçamento, uma frase afirmativa que está no presente. Por quê? Porque é assim que prevê a Constituição Federal no seu art. 227. O art. 227 é uma norma de aplicabilidade imediata e de eficácia plena. O que significa dizer que não podemos transigir sobre esse mandamento máximo da Constituição Federal. Então, ela tem de ter aplicabilidade imediata. Nós temos de trabalhar muito o art. 227 da Constituição, que garante a prioridade absoluta. Por isso, eu disse que é no presente e que é uma ação afirmativa.

A pergunta que sempre fazem é: o que significa a prioridade absoluta que consta no art. 227? O que isso significa? Como a gente trabalha a prioridade absoluta da criança que consta no art. 227?

A gente tem o parágrafo único, do art. 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que traz como isso pode ser feito, e traz bem claro. Ele fala que "A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública..."

O que significa isso? Significa que todos nós, como sociedade, como famílias... Se eu trabalho como enfermeira em um posto de saúde, eu tenho de atender essa criança como prioridade absoluta. Se eu sou um gestor, eu tenho de atender os direitos da criança e dar os recursos para a criança com prioridade absoluta.

Volto às letras c e d, que tratam do que a gente vai falar hoje. "c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas..." Que é o nosso tema de hoje. E "d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude".

Ou seja, é o que gente está falando. Então, o gestor público tem a obrigação de estar atento à formulação, à execução, ao acompanhamento e à destinação dos orçamentos. Não cabe a nós falar que não há recursos. Essa frase não deveria existir, porque nossa Constituição prevê isso e o art. 4º diz como deve ser o ato do gestor e do técnico que trabalham com o orçamento público.

É o que eu estou dizendo, é preciso toda uma aldeia para educar uma criança. Toda uma aldeia. Nós fazemos parte dela e precisamos ter a consciência de que eu também – eu, pessoa física, não só as instituições; mas também nós, no nosso dia a dia, dentro da nossa família, dentro da nossa comunidade, buscando a efetivação dos direitos da criança; e nós gestores.

Eu tenho uma pasta. Eu sou Secretário de Educação. Eu sou Secretário de Saúde. Eu sou Secretário de Fazenda. Eu vou chegar à minha pasta, chamar os técnicos orçamentários da minha pasta, vou chamar os técnicos dos programas que minha pasta executa e vou falar: vamos trabalhar a primeira infância.

Nós temos orçamento e temos que priorizar a destinação desses orçamentos para a criança, porque a lei diz que, na verdade, não deveria haver nenhum outro

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	26

tipo de construção ou obra se não se garantissem os direitos das crianças. Então, a primeira coisa que o governo deve pensar é: a minha pasta tem que realizar o direito das crianças. Após isso, ele pode cumprir as outras obrigações ou necessidades da pasta, mas, primeiramente, tem que estar com esse olhar para a primeira infância, porque é isso que diz a Constituição Federal. A gente tem que sempre se lembrar que, em nenhum outro espaço da Constituição, o legislador deu prioridade absoluta a algo. Então, a gente tem que trabalhar a efetivação desse nosso direito.

Aqui há um mapa com o qual eu vou falar sobre o panorama da educação no mundo. Não está dando para visualizar, mas é o PIB – Produto Interno Bruto – e a relação com creche. A gente até aplica, mas como a gente aplica nossos recursos? Também tem que haver qualidade. Não adianta a gente só aplicar o recurso. Como está sendo feito isso?

Este outro mostra vários países no mundo – o Brasil está lá em cima – e uma curva que retrata pessoas que não concluíram o ensino médio *versus* desigualdade de renda. A gente vê que educação, sim, faz diferença. Quanto menos educação, menos escolaridade, e a desigualdade de renda é maior.

Este aí é o caso da Coreia do Sul. A gente tem como o planejamento foi realizado. A gente sempre os tem como referência pelo que fizeram, pela revolução que foi feita – e que foi feita através de um planejamento.

O planejamento começou com o final da guerra, em 1953. Ele foi planejado e executado. É muito importante a parte de executar. Ele começou, primeiramente, com uma década – 90% da população em escola elementar. Nos próximos quinze anos, 90% da população em ensino médio. E, a partir disso, 90% da população em ensino superior. Isso fez a diferença. A gente tem que se lembrar dos Tigres Asiáticos. Enfim, o que eu digo é que a gente tem que pensar. Esse é o panorama do mundo, a gente precisa fazer um planejamento e executá-lo.

Agora, a gente traz os dados para o Brasil. O Brasil investe 3,8 mil dólares por ano por crianças nas creches. Isso é da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – em 2018. Há também a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que calculou, mais ou menos, quanto deve ser destinado para creches por aluno.

Este nosso gráfico aponta que, no Brasil, 30,4% são de crianças atendidas em creche e 90,5% na pré-escola. Isso significa que nós praticamente realizamos a meta de 2016 de universalizar a pré-escola, mas ainda estamos longe de realizar a meta do PNE – Plano Nacional de Educação, que é de 50%, até 2024, de crianças atendidas por creche.

Aqui, nós temos dados do orçamento do Distrito Federal e também do orçamento do OCA – Orçamento Criança e Adolescente – em alguns anos, nas legislaturas anteriores. O que eu gostaria de falar por ele é que a gente sempre vê um valor. O valor que havia de receita e quanto efetivamente foi executado. E a

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	27

gente vê que não se executou. Em todos os anos, não conseguimos executar o orçamento – e isso é muito importante.

Como eu disse, a gente tem que formular e executar. A gente vê que tanto o orçamento do Distrito Federal quanto o orçamento da criança não conseguiram ser executados. Por exemplo, em 2018, 300 milhões não foram executados do orçamento da criança. E, quando a gente está aqui falando sobre creche, sobre necessidades, sobre orçamento, sobre não ter verbas, a gente vê que sobraram 300 milhões. E a gente soube agora: 3 milhões para uma creche para abrigar quase duzentas crianças. E, se fosse destinado, como ficaria nossa fila de espera? E os hospitais para as crianças? Trezentos milhões não foram executados!

Precisamos, então, pensar, e é isso que eu disse lá no início nas nossas perguntas, como o Estado investe, como tem sido feita a avaliação dos projetos, dos programas, qual a seriedade, o compromisso que cada gestor deve ter com as suas pastas de sentar com os seus técnicos orçamentários de cada pasta, junto com os técnicos de cada programa, para que eles conversem e a gente tenha os projetos, as licitações e as coisas caminhem e finalizem. Executar o orçamento é fundamental para que a gente consiga efetivar as políticas.

Agora as emendas da Casa. A gente não consegue encontrar muitos dados. A gente tem muita dificuldade, na verdade, com os dados, mas o que a gente vê é que temos ali um quadro de destinação. A palavra-chave foi creche infantil, e tivemos isso. Mas isso não significa que foram para construção. Pode ter sido uma emenda para um evento dentro da creche, pode ser para equipamentos de uma creche. A gente não tem essa informação de forma fácil. A gente tem que fazer uma série de trabalhos para conseguir alcançar.

Aqui a gente tem o número de crianças no DF por região administrativa, faixa etária de 0 a 4 anos. Esses dados são todos da CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. E você vê quais as localidades, regiões que têm mais crianças. Então, a gente tem Ceilândia, Samambaia, Planaltina, Taguatinga. Está mais ou menos por ordem. Número de nascimentos e ano de nascimento, quantas crianças nascidas vivas no Distrito Federal.

Esses números são para perguntar como o Estado pode se preparar, porque ele tem os números, ele sabe quantas crianças tem, onde é a maior população de crianças. Ele sabe mais ou menos quantos nascidos tem, qual é a média de nascidos e como ele pode se preparar para universalizar a creche, a educação infantil. Lembrando sempre que a meta do PNE – Plano Nacional de Educação é que, até 2024 a gente atenda 50%.

A creche no DF. Todo começo de ano, nós temos sempre a mesma demanda. É notícia nos jornais a questão da demanda, da necessidade de vagas para creche. Como eu disse, não deveria ser uma demanda, uma vez que o art. 227 diz que é prioridade absoluta. E, falando sobre orçamento, o art. 4º do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente é um ordenamento. Como vou executar

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	28

prioridade absoluta? Simples! Você é gestor, você não pode gastar com outra coisa enquanto você não realizar a prioridade da criança. É um mandamento. Então, a gente, enquanto sociedade, gestor, parlamentar da Casa, que está para fiscalização – aqui são aprovadas as leis, como foi falado, o PPA, a LOA, a LDO, a gente tem que fazer a nossa parte, porque, se cada um de nós, eu, sociedade, eu da minha região administrativa, eu, parlamentar, eu, enquanto gestor, estiver sentado efetivando os direitos, a nossa realidade vai mudar. E, como eu disse, em janeiro, a demanda era de 23.640. As vagas preenchidas agora em janeiro de 2019 foram 3.780, isso porque as crianças que completaram 3 anos mudaram. Então, ficamos com um déficit de 19.940.

Aqui a compilação dos dados do OCA – Orçamento Criança e Adolescente do Distrito Federal com creche. Mas esse gasto, por exemplo, se a gente vai pensar em 2018, R\$223.486.000,00 (duzentos e vinte e três milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil reais) é o dado geral com creche. Quando a gente pega esse dado, significa que colocaram creche. Pode ser construção, pode ser o custeio da creche. Não está falando construção só. Esse outro é com construção de creche. E aí a gente tem, em 2018, 65 milhões para creche, lembrando sempre que com 3 milhões construímos uma, e a demanda é 19 mil. Fazemos as contas.

A pergunta que fica aqui é a questão dos dados, a questão de como a gente está investindo, se a gente tem quase 66 milhões em 2018, como a gente construiu, quais creches foram construídas, onde foi, qual RA, qual foi o critério, qual a metodologia que foi implementada para a construção dessas creches?

Se mudarmos o começo da história, mudamos a história toda. Eu acho uma frase ótima que a gente deve ter todo dia em mente, seja para a nossa vida, seja para a vida das crianças. E pensar no que disse Heckman, que é o Nobel, já foi falado aqui: a cada dólar investido – não é gasto –, você tem o retorno de sete. Por quê? Porque quando você trabalha e investe na primeira infância, você trabalha desde a concepção dessa criança, desde o pré-natal, da família, dessa mãe, quando ela chega ao mundo, a licença parental, ela vai ter esse acolhimento. A gente está falando da Semana do Bebê, do Marco Legal da Primeira Infância, da importância disso para a gente construir e pensar no desenvolvimento integral dessa criança.

Uma criança que teve todo esse amparo da família, da sociedade, vai ser uma criança em condições melhores de desenvolvimento. Não podemos deixar que isso passe, e que isso seja um café com leite, um assunto menor: “Ah, criancinha, vamos pensar no assistencialismo”. Não! É um direito, vamos efetivar os direitos para a transformação da nossa cidade!

A Sra. Abadia falou muito bem: aqui é a minha cidade, aqui é um lugar que está tão bom! Sim, e eu acho que pode ser referência para o Brasil. Podemos fazer, sim, essa mudança. Os Parlamentares, a sociedade, as pastas têm que ter essa consciência de que, sim, a gente tem condições de reverter essa situação e de investir na primeira infância e ser referência para o Brasil. E é isso que eu espero.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	29

A questão da transparência dos dados e informações. Eu sempre bato muito nessa questão dos dados, porque toda essa apresentação, não só a minha, mas de todos aqui da Mesa, passou por buscar os dados. E a dificuldade de buscar os dados é algo bem complexo. Você fala da Lei da Transparência, e todas as pastas falam: eu cumpro a Lei da Transparência, todos os dados que têm OCA – Orçamento Criança e Adolescente da minha pasta estão lá discriminados como OCA. Quem vai fazer a leitura disso? Se o próprio gestor da pasta se sentar e eu entregar para ele o orçamento da pasta e falar assim: pode fazer a leitura de quanto o senhor investiu? Ele não vai saber, porque ele vai ter muita dificuldade para fazer.

Isso não é direito à transparência. Eu, sociedade, estou na minha RA, quero saber quanto foi destinado de recurso para a creche que tem lá. Tem? Não sei. Como vou saber? Não sei. Como vou buscar essa informação? Eu tenho que ser um técnico? Eu tive que buscar ajuda técnica para poder compilar esses dados. Eu não tinha condições de fazer esses dados.

Então, a Lei da Transparência é que as pessoas tenham esse conhecimento, tenham essa informação. Eu bato muito nessa tecla da necessidade de viabilizar para o cidadão a informação porque, a partir do momento que a gente tem os dados, que a gente tem a informação, a gente consegue a tomada de decisão para o próprio gestor. A informação para o próprio gestor é fundamental para a tomada de decisão dele. Então, é importante que a gente viabilize essa plataforma.

Aqui, a Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/DF tem algumas sugestões. A gente estava trabalhando justamente nisso, a Andrea está aqui. A gente estava formulando e tentando fazer essa construção dos dados, o Felipe aqui da comissão também ajudou. Enfim, esse foi o trabalho feito por nós de compilar esses dados, de encontrar esses dados, de checar esses dados, enfim. E chegamos a elaborar algumas propostas interessantes para podermos trabalhar melhor a questão dos direitos e conseguirmos efetivá-los.

Como eu disse, com os dados e as informações, o próprio gestor poderá fazer as suas tomadas de decisão com mais pertinência, com critérios, enfim. Então, seria a criação de uma plataforma tecnológica com metodologia para apresentação dos dados e acompanhamento da execução do OCA. É fundamental uma plataforma de dados. Que tenhamos essas informações, mas, como eu disse, que as tenhamos com transparência, não só os dados, mas as informações de que eu preciso para a tomada da minha decisão. Eu como gestor, como sociedade que também acompanha, como legislador que vou acompanhar como está sendo executado o orçamento da criança, com muito mais facilidade, vou poder fazer tanto o acompanhamento quanto a fiscalização e a tomada de decisão.

Outro ponto é a criação de um comitê de acompanhamento do OCA – Orçamento Criança e Adolescente. Seria um órgão colegiado, a ideia é essa mesmo. Que todo mundo, que todas as pastas que executam o orçamento da criança possam sentar, o técnico orçamentário da pasta junto com o técnico do programa da pasta e os órgãos de fiscalização. Ministério Público, por favor... (Risos.) A sociedade civil

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	30

organizada, todo mundo sentado para fazer esse acompanhamento, saber dos resultados das políticas, como está sendo, se está sendo efetivo ou não, se temos programas melhores para serem executados, a serem pensados...

O Observatório da Criança e do Adolescente do Distrito Federal seria um portal com todas essas informações tanto da plataforma de dados quanto do comitê. E boas práticas. Seria um portal, um observatório da criança aqui no Distrito Federal.

Tudo isso para que tenhamos acesso às informações, para que consigamos sentar, todo mundo que está aqui, não só nos eventos e nos discursos, mas no dia a dia, porque essas nossas propostas servirão justamente para que consigamos implementar as políticas públicas e executar os orçamentos.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – A Raquel é maravilhosa. A gente vai pegar essas sugestões, implementar e cobrar, quando não for nossa competência.

Eu preciso passar a palavra para o nosso Secretário André Clemente, que tem outras reuniões. Antes de passar a palavra, Secretário, eu acho que ficou evidenciado, principalmente agora pela exposição da Dra. Raquel, que temos um problema grave que é a não execução. Nós temos um orçamento, mas ele não é executado. E também, só para reforçar o que a Dra. Raquel falou, não existe a opção de isso não ser prioridade, não é isso? Doutora, se o GDF não cumprir essa ordem, qual o tipo de responsabilização que o GDF pode esperar?

SRA. RAQUEL FUZARO – Olha o Ministério Público ali. (Risos.) A Dra. Luísa...

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Porque isso é muito importante, a gente não tem opção. Então, a Dra. Luísa vai poder...

SRA RAQUEL FUZARO – Vou jogar a bola para a Dra. Luísa de Marilac, do Ministério Público, que é quem faz toda essa fiscalização.

Como eu disse, precisamos, primeiro, sensibilizar os gestores porque eu acho que tudo passa pelo passo a passo. A legislação existe, a prioridade existe, mas, no dia a dia, a gente também não tem essa informação.

Então, um primeiro passo que eu acho que vale a pena é levarmos a cada gestor a importância, a legislação e como deve ser feito. Então, eu acho que o primeiro passo é a sensibilização de cada gestor, a conversa com cada gestor sobre a prioridade, como isso pode ser implementado por pasta... E, a partir disso, sim, vamos trabalhando juntos.

Eu gosto de ser propositiva. Acho que a primeira coisa que devemos fazer é sentar e conversar. Devemos tentar auxiliar no que é possível para que consigamos efetivar as políticas. Então, o primeiro passo é, sim, vamos sentar e conversar com os gestores, vamos falar da necessidade com os técnicos orçamentários, com quem desenha – na verdade, é atuar na base de cada pasta. Lógico que há uma má

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	31

vontade do gestor que está gerindo aquela pasta? Sim. Mas temos de chamar, de convocar o gestor. Por isso, há a questão do comitê, a importância de ele ser um órgão colegiado onde vamos ter todas as pastas existentes que executam o OCA, sentando juntos, sensibilizando e falando: fique atento.

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Pronto.

Vou passar a palavra ao nosso Secretário.

Primeiro quero agradecer ao Secretário imensamente, porque é ele quem tem a maior responsabilidade dentro do governo. Eu me coloco à sua disposição para conseguirmos equilibrar as nossas contas e priorizar as nossas crianças. Na sua fala, eu gostaria que o senhor assumisse o compromisso de executar o orçamento que existe para a primeira infância, para não cometermos os mesmos erros.

Com a palavra o Secretário de Fazenda, Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, Sr. André Clemente.

SR. ANDRÉ CLEMENTE – Boa noite a todos! Já anoiteceu!

Vou fazer a leitura dos nomes, porque são tantas autoridades e tantas pessoas de peso, que não podemos nos esquecer de nominá-las.

Primeiramente, quero parabenizar a Deputada Júlia Lucy pela ação empreendedora, pela sua iniciativa e pela garra que tem na condução do tema.

Cumprimento a Deputada Federal Paula Belmonte. Desde a campanha, eu lembro que essa era uma bandeira muito forte da Deputada. Desde eleita, então, tem lutado todo dia pela primeira infância, pelas creches.

Cito o Sr. Juiz de Direito Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça, Dr. Richard Pae Kim, que já foi embora, mas esteve aqui presente; a Sra. Delegada de Polícia Civil de Proteção à Criança e Adolescente, Dra. Ana Cristina Santiago; o Sr. Coordenador-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Olímpio Durães Soares; a Sra. Secretária Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano do Ministério da Cidadania, Ely Harasawa; a Sra. ex-Governadora do Distrito Federal, Maria de Lourdes Abadia, Constituinte, ex-Secretária de Ação Social, n coisas mais. O currículo da Dra. Maria de Lourdes Abadia é enorme, pessoa pela qual tenho o maior apreço, admiração e reconhecimento da história. História tem que ser contada. Os grandes têm que ensinar os novos, não é, Deputada?

Cito ainda: Sra. Vice-Presidente da Comissão de Proteção e Defesa da Criança e Adolescente da OAB-DF, Dra. Raquel Fuzaro – parabéns pela brilhante exposição –; Sra. Elayne Rangel, representante da Primeira-Dama do DF; Sra. Promotora de Justiça do MPDFT, Dra. Luísa de Marilac; Sra. Secretária Nacional Substituta de Assistência Social do Ministério da Cidadania, Mariana Neris; Sra. Subsecretária de Políticas para Criança e Adolescente da Secretaria de Educação, Adriana Faria – parabéns pelo trabalho e pela condução, auxiliando o Governador Ibaneis; Sra. Diretora de Educação Infantil da Secretaria de Educação do DF, Andrea

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	32

Martinez; Sra. Coordenadora da Comissão de Proteção e Defesa da Criança e Adolescente da OAB-DF, Dra. Andréa Lemos; Sr. Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do DF, Néilton Portuguez; Sra. Membro do Comitê Gestor do Fórum de Educação Infantil, Cida Camarano; Sra. Representante da Organização dos Estados Ibero-Americanos, Carol Velho; todos os demais conselheiros tutelares; assessores desta Casa; e técnicos.

Eu gosto de falar os nomes por quê? Porque isso vincula. Todas as vezes que a gente fala os nomes, inicia um compromisso, isso gera uma força e uma energia. Aqui eu percebo nesta Casa, Deputada Júlia Lucy, Sra. Maria e todos os demais presentes, neste momento, muita força, muita capacidade de resolver essa questão da primeira infância.

Nós sabemos que o assunto é recorrente. São décadas, são governos. Independentemente de bandeira, muito já foi feito, mas a gente percebe que a coisa não se organizou. Nós já passamos, D. Maria, por vários governos e vemos que falta uma estrutura que não deixe falhas. Tem que ser uma política de estado, não pode ser uma política de governo. Às vezes, as Secretarias estão funcionando bem, mas por quê? Porque há alguém lá na frente que está tocando bem. A pessoa sai, aí a coisa já não é tão bem conduzida, a coisa se perde, pulveriza-se, divide-se tudo ou junta tudo. Perde-se.

Nós precisamos de política de Estado, Paula. Precisamos de políticas de estado. Nós temos orçamento. Você vê que não adianta falar que o orçamento é pouco, porque a gente não está conseguindo gastar nem o que tem – e isso é recorrente. Nós já falamos disso hoje em outra reunião. Precisamos executar o orçamento. Precisamos de um orçamento real, forte, bem feito e com projetos bons.

Eu acho que essa coisa da primeira infância... A gente percebe até que a organização dela é muito complexa. A gente pega o orçamento aqui do Distrito Federal, na parte que trata de assuntos de interesse da primeira infância, e você vê que é pulverizado, cada coisa está em um lugar. Pode até ficar, mas tem que ter uma concentração, tem que ter uma organização. Nós precisamos criar um sistema que efetivamente funcione, que integre as diversas áreas. E falta de recurso não é. Falta de projetos também não. Eu sei que existem muitos projetos. O próprio Governo Federal disponibiliza muitos.

Certa vez eu estava como Secretário da Representação do Estado de Goiás, e lá há muitos municípios pobres, sabe, Lucy? E não tem essa estrutura que o Distrito Federal tem. E nós pensamos: tem que dar um jeito de dar resultado nisso aqui. Pegamos uns colaboradores, uns computadores doados, sentamos, e de repente conseguimos captar 2 bilhões de reais, em sessenta dias, em várias áreas do Ministério do Governo Federal. Por quê? Porque havia necessidade, eles estavam sangrando, precisavam, confiaram e deixaram a gente ir aos Ministérios buscar.

É isso que o Distrito Federal precisa fazer. Todo mundo aqui sabe como é que se coloca para funcionar as creches. Por exemplo, como é que eu vou dar

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	33

creches para as crianças? Vai ser prédio próprio? Eu tenho que custear isso? Eu tenho que botar recurso no orçamento? Tenho que dar dinheiro para a alimentação? Eu tenho que fazer as conveniadas? Não sei se tenho. Tenho que dar uma bolsa para usar o sistema privado também? Eu sei o seguinte: uma estrutura só não vai resolver. Então, se nós soubermos as áreas que têm necessidade dessas creches, o quanto custa, fizemos um cronograma, talvez não façamos tudo no primeiro ano, no segundo, mas, ao final de quatro anos, nós teremos atendido a essa grande demanda que existe aí.

Há ações antigas para atender a demanda por creches que até hoje não foram viabilizadas. Então, o governo tem esse compromisso sim. O plano de governo do Governador Ibaneis já contava com atendimento na primeira infância. Foi assinada uma carta, na casa do Governador, na época da campanha, e aquele documento a gente tem de fazer valer. Mas, para fazer valer, não é o Governador sozinho, não é um secretário sozinho, não é a subsecretária da criança sozinha, não é a Senadora sozinha, não é a Deputada sozinha, somos todos nós juntos.

Então, Adriana, se você quiser levantar a demanda por creches na cidade, por localidades, identificar as áreas onde essas creches podem ser construídas... O FNDE já falou aqui que não vai economizar esforços para viabilizar recursos para isso.

O projeto dessas creches nós já temos, isso é padrão, não precisa ser... Isso não é complexo. E, a partir daí, algumas áreas, Júlia... Eu consegui, lá na expansão da Ceilândia, na área industrial, o setor de indústria a gente vai construir e eles vão manter a creche lá. Esse foi um acordo que nós fizemos, porque a comunidade em volta usa a creche, e a comunidade trabalha nas indústrias. Então é tranquilidade para eles.

Eu, enquanto era Secretário de Entorno, vi muitas pessoas virem trabalhar em Brasília. Elas levam três horas de ônibus para vir trabalhar, mais três horas para voltar, mais duas horas de almoço. Só aí você já soma dezesseis horas. Quem criava os seus filhos nas comunidades? Os traficantes, os bandidos, tudo que não é bom. Então, nós precisamos dessa força, nós precisamos desenvolver isso. E as outras possibilidades também, como utilização da rede privada...

Tragam as soluções. A Deputada Paula Belmonte já adiantou muita coisa. A gente está com uma ação em curso. E todas as soluções que vocês tiveram tragam para a gente. É importante começar. Às vezes você pensa: "mas isso é tão grande, isso é tão impossível..." Mas, se você começar, daqui a pouco termina. A gente não pode achar que é impossível. Tem que começar, acreditar, e vai ajustando no meio do caminho, porque a necessidade é muito grande.

As crianças crescem rápido – não é, Deputada? – e o nosso tempo é curto. Quatro anos voam. No primeiro ano de governo a gente pega o orçamento do governo passado; se a gente não souber ajustar no primeiro ano, no segundo ano ainda perde tempo fazendo orçamento, fazendo política pública; no terceiro ano

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	34

executa alguma coisa; no quarto ano chega o ano de eleição e tudo se perde. Então, é isso que não podemos repetir.

O tempo é curto e seis meses já passaram. Nós precisamos terminar este ano pelo menos com algumas creches construídas, ou pelo menos as áreas já identificadas, a obra começada, o recurso liberado e alguns convênios novos feitos. Vocês é que entendem do assunto. Meu assunto é planejamento, é orçamento, é ver de onde se vai tirar e cuidar para que não sobre dinheiro no final do ano.

Desculpem-me se eu falei alguma coisa equivocada na área de vocês, mas o planejamento vai participar de todas as ações que a primeira infância promover.

Muito obrigado e parabéns a todos que estão aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Eu acho que o Secretário fez um arremate bom, porque tem o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, tem um pessoal aqui... Eu acho que agora, depois desta reunião, a gente precisa sentar e traçar um conjunto de datas para a gente realmente efetivar. É como o senhor falou, o tempo passa muito rápido, muito rápido.

Concedo a palavra para a representante da Primeira Dama, que também está muito empenhada na primeira infância.

SRA. ELAYNE RANGEL – Boa noite a todos. Eu gostaria de cumprimentar todos da Mesa – o Secretário André está saindo agora para outro compromisso – na pessoa da Deputada Júlia Lucy. Quero agradecer o convite feito à Primeira-Dama para participar desta comissão. Quero dizer que, por motivos de outra agenda, ela não pôde participar. Quero dizer também que esta comissão traz um assunto muito importante que, por muitas vezes, é esquecido e não é levado em consideração.

A Primeira Dama pediu muito para que a gente reafirmasse o compromisso que o Governo do Distrito Federal fez quando assinou o decreto do Programa Criança Feliz na última sexta-feira, porque através disso a gente resgatou esse investimento que estava parado, que não tinha sido executado, que não estava sendo implantado. Quando esse programa foi resgatado com esse decreto, ele criou não só o programa, mas também os detalhes que existem nele como comitê gestor.

Assim como a Dra. Raquel mencionou que a gente tem que ter atenção com cada área voltada para a primeira infância, esse comitê gestor vai ter essa intersectorialidade. Então, nós vamos conversar com todas as Secretarias, com todos os órgãos, para a gente poder trabalhar essa primeira infância. Daí a grande importância e o peso grande desse programa para o Distrito Federal na execução dele.

Discutir o orçamento é fundamental. Quando nós buscamos conhecer o investimento real dentro da primeira infância, em especial, no Distrito Federal, a Primeira-Dama teve muita dificuldade, porque não existe um marcador, dentro do OCA – Orçamento Criança e Adolescente, específico para a primeira infância. Então

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	35

ela pediu para nós externalizarmos a vocês aqui que ela se dispõe a discutir isso dentro da Casa Civil.

Eu queria muito que o André estivesse aqui para ele escutar também, mas nós vamos ter outras oportunidades para conversar. Eu gostaria de pedir o apoio e a ajuda de vocês para isso, para que a gente pudesse ter esse subtítulo na inclusão do OCA – Orçamento Criança e Adolescente e que ficasse mais fácil para a gente discuti-lo em outros momentos. Eu acho que isso vai ser fundamental.

Outro ponto que a Primeira Dama gostaria muito que ressaltássemos aqui é que hoje é o Dia Nacional do Teste do Pezinho. Esse exame é extremamente importante para o desenvolvimento das nossas crianças na primeira infância porque vem garantir o desenvolvimento adequado delas nesse início da vida. E a gente precisa trabalhar uma saúde de mais qualidade para essas crianças que precisam de um acompanhamento, de um tratamento específico, dentro das especificidades que esses exames trazem para nós.

A Primeira Dama pede a atenção dos Srs. Deputados para a aprovação do projeto de lei que discute a ampliação do teste do pezinho e que está nesta Casa. Então, ela gostaria de pedir a atenção e conta muito com o apoio da Frente Parlamentar. Ela se sente muito acolhida por todos vocês da Frente Parlamentar, que a tem buscado, tem conversado e trazido essa parceria para trabalharmos juntos a primeira infância no Distrito Federal.

Nós ficamos muito agradecidos por esta oportunidade e nos colocamos à disposição para ajudá-los no que for necessário. Contamos com a ajuda de todos para a execução do programa Criança Feliz Brasiliense. Já está sendo um grande ganho para o Distrito Federal essa oportunidade de ter esse comitê gestor e de estarmos discutindo várias ações frente à primeira infância.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Ótimo. Estamos juntos especialmente no desenvolvimento do Plano Distrital do Planejamento Familiar que queremos incluir no âmbito do Criança Feliz.

Eu sou a relatora do projeto do teste do pezinho e nossa intenção é incluir o teste da língua, também, porque existem muitas crianças com dificuldade de sucção que não conseguem se desenvolver porque não fizeram o teste da linguinha. Então, a gente vai trabalhar para colocar dentro desse projeto também e aprovar de uma vez só.

Eu acho que nós tivemos pessoas que se comprometeram, como o Secretário André Clemente falou. E temos aqui pessoas com boas notícias.

Leonardo Filho, diretor de regularização de interesse social, quer compor a Mesa? Pode vir aqui, por favor.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	36

Já houve comprometimento aqui. Agora vem a parte da fiscalização, com a qual eu me comprometo intensamente, e a parte da responsabilização, porque está na hora de a gente cobrar mesmo e responsabilizar esses gestores.

Então, Dra. Luísa, eu queria que a senhora ressaltasse, como representante do Ministério Público, as ações que a gente pode tomar para responsabilizar essa gestão quando ela não segue, realmente, o ordenamento jurídico que impõe a primeira infância como prioridade.

SRA. LUÍSA DE MARILAC – Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa dessas Deputadas aguerridas que estão aqui trazendo a questão da prioridade absoluta da criança e do adolescente para o palco da Câmara Legislativa do Distrito Federal e da Câmara dos Deputados, a Deputada Júlia Lucy e a Deputada Paula.

Estou muito contente de estar participando de alguns eventos praticados na Câmara Legislativa por esta legislatura. Parabeno todos os Deputados desta legislatura por estarem trazendo a pauta da criança e do adolescente para esta Casa. A gente sente muita falta de uma atuação comprometida da Câmara Legislativa com as questões de políticas públicas sociais. É extremamente importante o papel do Legislativo na fiscalização, porque a fiscalização não é somente do Ministério Público. A fiscalização é de toda a sociedade. Na perspectiva de políticas públicas, a gente trabalha com controle social de políticas, com participação da sociedade nessas políticas e controle social.

Então, existem vários órgãos de fiscalização e também a sociedade como fiscalizadora, e esses órgãos precisam também ser canal para participação popular na fiscalização.

Eu fico muito feliz e manifesto aqui os parabéns por esta legislatura estar trazendo à Câmara Legislativa a prioridade absoluta da infância nas discussões. Isso é muito, muito importante.

A Dra. Raquel Fuzaro, até por ser a nossa parceira do sistema de Justiça, acabou me roubando o que eu havia programado para falar sobre a prioridade absoluta constitucional, sobre o que é prioridade absoluta no Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre o Plano Nacional da Educação, sobre o que a legislação nos obriga e sobre as estratégias de fiscalização.

Eu quero reforçar algumas coisas que no plano do controle social são extremamente importantes. Coisas, inclusive, que já foram faladas. No que diz respeito ao acompanhamento do orçamento público, esta Casa precisa, realmente, tomar providência.

O Ministério Público já alertou esta Casa, em outras vezes, sobre a questão da transparência e da acessibilidade que o cidadão precisa ter em relação ao orçamento público do Distrito Federal. A gente precisa organizar esse orçamento de forma que seja visível para a comunidade a que fim foi destinado o dinheiro. Assim,

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	37

essa comunidade pode fiscalizar se aquele dinheiro foi aplicado na finalidade que deveria. Simples assim.

O Ministério Público, de 2004 a 2008, levou à frente um trabalho, com a participação de vários atores sociais, de acompanhamento do Orçamento Criança e Adolescente. Esse trabalho não é um trabalho próprio só do Ministério Público, é um trabalho maior que deve envolver todos os órgãos. Naquela época nós conseguimos que aqui na Câmara Legislativa fosse criado um comitê – aquela lei do comitê de acompanhamento do Orçamento Criança e Adolescente –, acho que em 2008. Depois nós não conseguimos implementar, não conseguimos desenvolver os trabalhos.

Então, acho que é um desafio para a Câmara Legislativa do Distrito Federal o funcionamento desse comitê.

Temos uma metodologia de acompanhamento do Orçamento Criança e Adolescente que foi elaborada há anos, em 2004, se não me engano, pelo INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos, que é um instituto de estudos de crianças e adolescentes, dos direitos de crianças e adolescentes, cuja publicação ajudou muito a transparência no Orçamento Federal. No Orçamento Federal há muito mais transparência do que no do Distrito Federal; existe muito mais controle, é muito mais acessível do que no do Distrito Federal. Eu arrisco dizer que o trabalho do INESC em relação ao acompanhamento do Orçamento Criança e Adolescente no âmbito nacional foi que provocou isso. Precisamos, por essa metodologia, ter alterações no Orçamento do Distrito Federal, no que diz respeito à nomenclatura e à organização dessas ações para que possamos identificar aquelas que forem destinadas à criança e ao adolescente.

Agora, com a questão das políticas de primeira infância, acho que podemos ter o selo criança adolescente e o selo primeira infância para cada ação. Eles podem estar diluídos no Orçamento todo. Quando eu quiser, seleciono pelo selo e reúno todas as ações. Então, fica fácil trabalharmos o controle social desse Orçamento. Isso é extremamente importante. Além de fazer o controle social do Orçamento, objetivamente no que diz respeito à identificação do recurso, à destinação e à execução, precisamos fazer o controle qualitativo da política executada. Para isso temos que atuar de forma participativa.

Quando falo em qualidade de política pública, eu preciso ouvir a ponta, preciso ouvir quem recebe o serviço. Portanto, eu preciso fazer o controle do Orçamento. Eu faço isso objetiva e qualitativamente. Esse qualitativo é feito com as pessoas envolvidas no próprio serviço que foi executado. Então, é extremamente importante que isso esteja dentro desta Casa Legislativa, lugar adequado para se fazer controle social de Orçamento.

O Ministério Público coloca desde logo à disposição a experiência que tivemos, as metodologias que utilizamos, as dificuldades que tivemos, mas que achamos que serão superadas, se esta Casa Legislativa assumir o lugar de

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	38

articulador dessa discussão para que possamos, de fato, ter o monitoramento do Orçamento Criança e Adolescente.

Quero chamar a atenção para o fato de que detectamos no Ministério Público que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que vai ser votada agora e que estabelece as diretrizes do Orçamento para o ano que vem, tem um dispositivo que, no âmbito nacional e no Distrito Federal, vimos conseguindo repetir ano a ano, que é a proibição de contingenciamento das verbas destinadas à criança e ao adolescente. Para este ano esse dispositivo não consta do texto.

Então, não podemos permitir, com o apoio desta Casa, dos Deputados que compõem as frentes parlamentares pela criança, pelo adolescente e pela primeira infância, um retrocesso na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a retirada de um dispositivo que garante a crianças e adolescentes o não contingenciamento dessas políticas, que garante que as verbas e os recursos não sejam contingenciados.

É extremamente importante o fato de isso estar na legislação, é o que possibilita que depois entremos com as medidas judiciais para cobrar. Se não temos isso na legislação, acabou. Este ano não está, Deputada. Então, é importantíssimo. No nacional, todos os anos têm, mas este ano eu não sei se está. É importante verificar. O do Distrito Federal, eu sei que este ano ainda não está. Essa é uma intervenção que nós precisamos fazer, para que não ocorra esse retrocesso na Lei de Diretrizes Orçamentária.

Além disso, é importante. Eu não queria deixar de falar hoje para vocês, contando especialmente com essa legislatura nova, com esses novos ares e com a possibilidade desses importantes parceiros nas questões da infância e juventude, que criança e adolescente, além de serem prioridade absoluta, galgaram o lugar de sujeitos de direitos. Isso não significa que a gente atende crianças e adolescentes porque a gente é bonzinho. A gente atende os direitos das crianças e dos adolescentes. Eles devem ser atendidos porque a criança tem direito fundamental àquelas políticas.

É a mudança do Estado. O Estado anterior tratava a criança e o adolescente não como sujeitos de direito. A criança e o adolescente eram cuidados dentro dessa perspectiva da filantropia, do ser bonzinho, da caridade. A Constituição de 1988 passa a ver a criança e o adolescente como sujeitos de direito e, portanto, há necessidade de constituição, de construção e consolidação de políticas públicas para o atendimento desses direitos fundamentais. Essa construção de políticas públicas exige do Poder Legislativo, o poder formulador, que formule, que estabeleça essas políticas e que chame a sociedade para constituir esses grupos que possam auxiliar.

No âmbito das políticas para a infância e juventude, a gente tem o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente como *locus* de discussão privilegiada. Então, é muito importante essa parceria, essa aproximação com o conselho dos direitos e o fortalecimento do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, no

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	39

momento de elaborar e estabelecer políticas públicas para a infância e juventude, em parceria com o Poder Legislativo e com o Poder Executivo.

Quando a gente fala em superar a filantropia, fala de uma corresponsabilidade do Estado. A Deputada trouxe o exemplo de ações de caridade. Infelizmente são ainda de caridade, de vizinhanças, de comunidades. São ações voluntárias para suprir a omissão do Estado, para suprir a carência do Estado quando há necessidade do atendimento de crianças e adolescentes em creches. É preciso que essas ações não sejam fortalecidas desestruturadamente, mas que sejam transformadas em políticas públicas.

Qual é o grande problema? Como Ministério Público, eu preciso alertar. Às vezes a gente fortalece ações que não estão desenhadas dentro da política. Tudo está bem quando tudo está bem; mas, na hora em que uma coisa dá errada num atendimento que não é construído a partir de uma política pública, em que não há os organismos todos corresponsabilizados, em que o Estado não é corresponsável, a gente vai responsabilizar a pessoa que resolveu atuar. Então, é assim. Quando está tudo certo, dá tudo certo.

Eu estava falando de um atendimento, por exemplo, de uma vizinha que recebe crianças em casa. Quando está tudo certo, ou seja, quando nada de ruim acontece com essas crianças, quando estão nas mãos dessa pessoa, está tudo bem. Mas se num momento acontecer alguma coisa, aí a gente vai colocar a responsabilidade nessa pessoa que teve toda a boa vontade. Entende?

Por isso é preciso estruturar políticas públicas. Isso é superar a filantropia, é trazer essas ações para dentro de uma política pública desenhada pelo Estado, com a corresponsabilidade do Estado e gerida pelo Estado, para justamente evitar que as iniciativas para as quais hoje a gente bate palmas, possam amanhã ser crucificadas por um fato que, às vezes, a própria pessoa não tinha nem como evitar, ou pela falta de recurso, ou pela falta de condição de trabalho. Então, é extremamente importante que a gente desenhe e estruture as políticas, que o Estado e as ações de Estado se corresponsabilizem, e também a sociedade. Que a gente tenha o desenho dessas políticas públicas.

Em nenhum momento eu quero falar contra as iniciativas, muito pelo contrário. É importante que esta Câmara Legislativa, conhecendo as iniciativas – estou falando exatamente contextualizada com a sua fala, Deputada –, conhecendo as iniciativas, faça um levantamento de quais iniciativas desse tipo estão acontecendo no Distrito Federal. Que a Casa chame essas pessoas e faça o desenho de uma política para isso, que corresponsabilize a política pública do Estado, a assistência social e a educação, para que a gente não possa ter, daqui a pouco, uma ação que a gente entende que é heróica sendo destruída pela falta dessa estrutura de política pública.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	40

Essa é uma questão muito importante que eu queria trazer. Eu ia falar das nossas metas em relação ao plano de educação, mas acho que a Raquel trouxe todos esses dados. Foi muito importante essa fala.

Em relação ao atendimento de crianças e adolescentes na educação, eu queria deixar algo. Não basta garantir a vaga, é preciso garantir a permanência. Para a permanência, a gente tem que ter outras políticas associadas, que têm a ver com o transporte, têm a ver com alimentação. A gente precisa sempre pensar nessas políticas associadas.

Quando se fala de proteção integral à criança e ao adolescente, está se falando que a gente não trata de criança e adolescente por caixinhas. É preciso abrir as caixinhas e juntar essas políticas para pensar na proteção integral. Isso também era uma coisa que eu precisava dizer.

O Ministério Público é um órgão que trabalha com a perspectiva também da responsabilização, mas especialmente da improbidade administrativa. Porém, essa não é minha área de atuação. Na nossa área de atuação como fiscal de políticas públicas, nossa estratégia é a da articulação. Essa tem sido a nossa estratégia na Promotoria da Infância. Isso não significa que, quando a gente verifica uma improbidade administrativa, não a encaminhe para as promotorias de improbidade administrativa. Essa é a lógica que nós entendemos, que é anterior ao remédio. É como se, depois que a doença está instalada, eu preciso do remédio, e aí vou entrar com ação de improbidade.

Concomitantemente com isso, eu preciso trabalhar o tempo inteiro com esse fazer da política pública, e o fazer da política pública exige articulação dos vários atores. Esses vários atores estão no Estado e estão na sociedade. A sociedade civil precisa estar sempre com canais de participação na elaboração, no controle e no monitoramento de políticas públicas, participando efetivamente.

Para isso, eu acho que respondo a pergunta desta comissão geral, desta audiência: como a Câmara Legislativa e o GDF investem na primeira infância e creches? A Deputada trouxe dados coletados das emendas parlamentares e da destinação orçamentária. Eu penso que, se a gente tiver uma Câmara Legislativa que trabalhe com o foco na prioridade absoluta na infância e juventude... Ou seja, primeiro a gente vai cuidar da criança.

Eu contei num último evento que a minha primeira ação civil pública foi para proibir o Distrito Federal. Não tenho nada contra a FEPECS – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, mas a minha primeira ação civil pública foi para que o Distrito Federal fosse impedido de investir recursos públicos na Fepecs, enquanto não tivessem sido atendidas 100% das crianças em creches no Distrito Federal. Perdi a ação.

Então, a gente não depende só do Ministério Público, a gente depende também do Judiciário, a gente depende também de toda uma articulação para poder avançar numa compreensão de prioridade absoluta para a criança e adolescente, que

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	41

impacte na execução das políticas públicas, que impacte na execução do orçamento, que impacte na transparência e que impacte na vida real das crianças e adolescentes que estão lá nas suas casas, nas suas comunidades, precisando de creche, precisando de saúde, precisando que suas famílias estejam amparadas com empregos dignos.

Então, acho que é muito importante este momento e espero que a gente, a partir daqui, consiga ser bem pragmático com a implementação do Orçamento Criança Adolescente, monitoramento do Orçamento Criança Adolescente com o estabelecimento na Lei de Diretrizes Orçamentárias da proibição de contingenciamento de verbas para a infância e a juventude, não é só para a primeira infância, é para a infância e a juventude.

Que a gente possa ter a elaboração de políticas públicas que possibilitem o atendimento de 100% das crianças de 0 a 3 anos em creche e em pré-escola, e aí com várias possibilidades. O Secretário trouxe que não é só uma linha de política. A gente pode estudar as várias possibilidades e fazer esse desenho para que se tenha, no Distrito Federal, essa meta cumprida.

O Distrito Federal pode ser um norte para o Brasil, ele pode ser exemplar para o Brasil. A Governadora Maria Abadia trouxe essa mensagem de amor pelo Distrito Federal como esse lugar, esta Capital que pode ser o exemplo, e que já foi um exemplo na educação e na saúde. De fato, quando eu cheguei aqui no Distrito Federal, em 1988, a gente tinha uma situação bem diferente na educação e na saúde. Que a gente consiga, portanto, avançar nessas questões e aí, dessa forma, caminhar bem, para ter realmente crianças e adolescentes como prioridade absoluta, porque a gente ainda não tem.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Maravilhoso.

Quer falar, Governadora?

SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA – Mas, assim, quando a gente passa por determinadas experiências... Por exemplo, essa questão de pessoas que trabalham sem a devida orientação e recurso.

Eu quero colocar, como experiência de Governadora, as dificuldades que você tem. Um exemplo, Vicente Pires. O projeto de Vicente Pires era para serem chácaras. Daqui a pouco vieram os grileiros e adensaram aquilo tudo. Vicente Pires com aquela população, hoje o governo não tem áreas para poder construir uma creche, uma escola. Pôr do Sol, Sol Nascente e outros mais... Quer dizer, a mesma questão também. Você vê como a coisa é difícil para o gestor público porque faltou fiscalização contra os grileiros.

A nossa Brasília virou um pandemônio, uma muvuca danada de gente que vem para todo o lado. Você vê aí a questão dos condomínios. A pessoa fazia a invasão, vendia, o cara construía, o fiscal ia e eles entravam na Justiça e tinham uma

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	42

licença para continuar. Gente, nós temos tantos problemas assim inseridos que é muito difícil. Essa questão de você fazer cumprir o que a gente gostaria de fazer... Eu só queria lembrar, assim, dessas dificuldades, porque às vezes a pessoa quer fazer... Hoje confesso a vocês que eu não saberia administrar Sol Nascente e Pôr do Sol. Não saberia!

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – São muitos os desafios.

SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA – Uma cidade que foi construída num berçário de nascentes. O governo quer colocar infraestrutura. Eu passei lá três meses, eles aterraram nascentes. A máquina passava para colocar esgoto...

Então, são tantas coisas, que, por isso, acho necessário haver uma união de todos os setores para um cuidar do outro. A fiscalização, a parte de urbanismo, de tudo, precisa fazer, porque ninguém dá conta dessa cidade, não. É só porque minha língua...

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – A senhora tem toda razão e é por isso que temos de ser pragmáticos mesmo.

SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA – Seria bom que todos tivessem lugar para creches, escolas, tudo, mas está difícil, e para todos os setores.

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Quando se descumpre um planejamento, bagunça tudo, porque aí uma área que não era para ter sido construída requer uma série de equipamentos públicos. Hoje nosso cenário é de 95% do orçamento engessado para pessoal, então até para construir novas creches é preciso saber quem serão essas pessoas que vão trabalhar lá. Não conseguimos mais contratar gente aqui no DF, por isso não há como falar sobre isso sem pensar em parcerias com a iniciativa privada. É a única forma que temos para aumentar esse número. Mas há muitas áreas também, Governadora, em que há o espaço reservado e não há orçamento para construir. Esse é outro desafio.

Dra. Luísa, agradeço as contribuições, foram maravilhosas, já anotei aqui, pode deixar. Inclusive quanto a essa questão da LDO, vou incluir uma emenda e vou defender aqui na Câmara para incluirmos na LDO. Muito bom.

Antes de finalizar, na realidade, já extrapolamos o nosso horário, isso é sinal de que o evento foi muito bom, muito produtivo. Realmente é muito importante levantarmos uma série de comprometimentos aqui, podem ter certeza de que vou fiscalizar um a um. Quando estamos independentes, livres, conseguimos, sim, fiscalizar, fazer um trabalho que qualquer Deputado deveria fazer.

Vou passar a palavra, só para poder finalizar, ao Sr. Leonardo Firme, Diretor de Regularização de Interesse Social, da Codhab, e o Bispo Renato disse que ele tem boas notícias.

SR. LEONARDO FIRME – Boa noite, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a oportunidade. É uma alegria muito grande estar podendo falar aqui do nosso trabalho.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	43

Estou aqui participando deste evento não por conta da Diretoria de Regularização de Interesse Social da Codhab, mas, sim, por conta da minha condição de presidente da associação que representa os engenheiros e arquitetos do Governo do DF.

Eu estava aqui aguardando para conversar com a Deputada quando ela saísse do evento e com o Secretário André Clemente e, como estamos em tratativas avançadas, eu gostaria de explicar e divulgar para vocês. O André falou: "Você tem que voltar lá. Volta e conversa. Explica para eles o que a gente está fazendo. A gente tem que mostrar pauta positiva". E estou aqui para cumprir essa missão.

Nós somos 1.153 servidores de todas as especialidades de engenharia, arquitetos, geólogos, geógrafos, meteorologistas e técnicos com Crea, que são técnicos em edificações, técnicos agropecuários. Estamos espalhados em toda a estrutura do Governo do DF.

Anos atrás, governos atrás, na transição Agnelo e Rollemberg, tínhamos a proposta de fazer... Tínhamos um déficit de aprovação de projetos, o que gerava uma demora absurda para começar a construção e liberação das unidades imobiliárias, e conseguimos implementar a partir da criação da Central de Aprovação de Projetos. Tínhamos também a ideia de centralizar a elaboração, análise e aprovação de projetos de engenharia e arquitetura públicos. E tentamos uma vez na campanha, e na campanha passada conseguimos, em uma conversa com todos os candidatos, e o Governador Ibaneis Rocha, à época candidato, firmou esse compromisso conosco de fazer essa implementação, a partir da centralização dos servidores vinculados ao sistema CAU, que é o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, e ao CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, numa central de projetos para que consigamos atender as demandas de emendas de Parlamentares, que sabemos quantas são perdidas, para que consigamos fazer força-tarefa, uma melhoria na gestão.

Hoje, verificamos que os órgãos de controle evoluíram muito no acompanhamento, na cobrança. Eu brinco falando, mas é verdade, quando entrei no GDF, em 2004, a senhora era Vice-Governadora, depois virou Governadora – eu tive o prazer de assessorá-la várias vezes, graças a Deus. Nós licitávamos uma calçada apenas pegando uma planta, um marca-texto para marcar e especificar quantos metros quadrados de calçada e mandávamos licitar. Faziam um orçamento...

Hoje, nós temos de ter um levantamento topográfico, um estudo geotécnico para saber o tipo de solo, o tipo de pavimento. Temos de ter o projeto de sinalização aprovado no Detran. Se há um projeto viário, nós temos de aprová-lo na Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Então, o grau de complexidade é muito maior. Nossa ideia é juntar os profissionais capacitados do quadro de pessoal do Governo do Distrito Federal, para que consigamos atender essas demandas em todas as áreas. Sabemos que a população precisa, ela é carente, e o governo tem a obrigação... nós, como servidores públicos do quadro, principalmente, temos a obrigação de nos esforçarmos o máximo para atender a população e dar o retorno que ela merece.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	06	2019	15h	50ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	44

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA JÚLIA LUCY) – Que boa notícia, gente. Agora eu acho que não vamos sofrer com a dificuldade de execução, não é?

Eu quero agradecer à querida Kátia Vasconcelos a presença – ela está ali. Ela é do *Mulheres em Foco*, um *blog* muito legal que coloca as mulheres em foco e acabou de fazer uma campanha muito boa nas regiões administrativas do Distrito Federal para coletar a necessidade de creche. Aquele estudo que você me encaminhou, Kátia, foi muito bem-vindo, e já estamos utilizando. Eu quero parabenizá-la pelo seu trabalho, pelo seu ativismo nessa batalha e me colocar como sua parceira. Muito obrigada pela presença.

Agradeço também aos meus colegas que estiveram aqui: Deputado Eduardo Pedrosa, Deputado Iolando Almeida, Deputada Jaqueline Silva. Tenho aqui uma mensagem do meu querido colega Deputado Fábio Felix, que diz que ele não pôde estar presente aqui – apesar da urgência e da prioridade que o debate proposto apresenta –, pois ele já tinha um compromisso agendado. Ele aproveita o ensejo e convida todos e todas para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, que ocorrerá amanhã, aqui na Câmara Legislativa, às 15h. Eu quero mandar um abraço ao meu querido colega Deputado Fábio Felix, que também é um guerreiro nessa linha da criança e do adolescente. Quero dar os parabéns ao Deputado Fábio Félix e agradecer-lhe pelo envio desta carta.

Eu quero, do fundo do meu coração, agradecer a todos vocês a presença até este momento. Acho que nós avançamos muito. Podem ter certeza de que cada compromisso firmado aqui será devidamente fiscalizado por mim e pelos meus colegas que também estão nessa batalha. Vamos, sim, de uma vez por todas, tirar o Distrito Federal do retrocesso no que tange à primeira infância e colocá-lo como um marco. Nós temos esta legislatura agora para fazermos isso com determinação e marcarmos mesmo a nossa posição de que a criança, a primeira infância é, sim, prioridade.

Agradeço a todos vocês a presença. Coloco-me à disposição. Continuem acompanhando o nosso trabalho. O mandato é novo e é nosso.

Muito obrigada.

Agradeço aos Parlamentares presentes, às autoridades do governo e aos demais convidados que honraram a Câmara Legislativa com a presença.

Convido a todos para a sessão que haverá daqui a pouco, às 19h30min, em homenagem aos médicos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta comissão geral, bem como a sessão ordinária que a originou.

(Levanta-se a sessão às 18h43min.)